



**EDITAL CONVOCATÓRIO
PREGÃO ELETRÔNICO
PROCESSO Nº 2026.06.23.1**

1ª Parte: PREÂMBULO

A **Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte** sito à R. Interventor Fco Erivano Cruz, nº 120, 1º andar, Centro, Juazeiro do Norte - Ceará, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação de Juazeiro do Norte/CE, torna público, para conhecimento dos interessados, que no dia e hora abaixo indicados será realizada licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO** que será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, observados os termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, assim como as exigências estabelecidas neste Edital. A presente licitação será no site <https://bllcompras.com>.

2ª Parte: DAS CLÁUSULAS EDITALÍCIAS

1.0 DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a Aquisição de mobiliários para atendimento das necessidades das unidades escolares e administrativas pertencentes e vinculadas a Secretaria Municipal de Educação de Juazeiro do Norte/CE, compreendendo montagem e instalação, conforme anexos, partes integrantes deste edital.

2.0 DO ACESSO AO EDITAL, DO LOCAL DE REALIZAÇÃO E DA CONDUÇÃO DO CERTAME.

2.1. O edital está disponível gratuitamente nos sítios:

www.tce.ce.gov.br/licitacoes;

<https://www.pncp.gov.br>;

www.juazeirodonorte.ce.gov.br;

bllcompras.com.

2.2. O certame será realizado no endereço eletrônico:

bllcompras.com.

2.3. Os trâmites deste certame licitatório serão conduzidos pelo(a) Pregoeiro(a) do Município, juntamente com sua equipe de apoio.

3.0 DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME

3.1 - INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: **26 de junho de 2026, às 17h00min.**

3.2 - DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: **10 de julho de 2026, às 09:00.**

3.3 - INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: **10 de julho de 2026, às 09h30min.**

3.4. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema será observado o horário de Brasília/DF.

3.5. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo 48h (quarenta e oito horas) a contar da respectiva data.

4.0 DA SEDE DA ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA LICITAÇÃO

4.1. A Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte está localizada na R. Interventor Fco Erivano Cruz, nº 120, 1º andar, Centro - CEP: 63.010-015 - Juazeiro do Norte - CE - Fone: (88)3199-0363.

5.0 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. A despesa decorrente desta licitação correrá à conta da dotação orçamentária constante no quadro abaixo:

Órgão	Unid. Orç.	Projeto/Atividade	Elemento de Despesa
07	01	12.122.0002.2.042.0000	44905200



07	01	12.365.0004.2.051.0000	44905200
----	----	------------------------	----------

6.0 DA PARTICIPAÇÃO, DO CREDENCIAMENTO E DA DECLARAÇÃO

6.1. Os interessados em participar deste certame deverão estar credenciados junto ao sistema **bilcompras.com**.

6.1.1. As regras para credenciamento estarão disponíveis no sítio eletrônico constante no **subitem 2.2.** deste edital.

6.1.2. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional (**bilcompras.com**) poderá ser esclarecida através de uma empresa associada ou pelo telefone (41) 3097-4600, ou ainda através da Bolsa de Licitações do Brasil, pelo e-mail: contato@bilcompras.com.

6.2. Poderão participar desta licitação empresas sob a denominação de sociedades empresárias (sociedades em nome coletivo, em comandita simples, em comandita por ações, anônima e limitada) e de sociedades simples, associações, fundações e sociedades cooperativas regularmente estabelecidas neste País, cadastrados ou não no Cadastro de Fornecedores da Município de Juazeiro do Norte, e que satisfaçam a todas as condições da legislação em vigor e deste edital.

6.3. A licitante que participar desta licitação com suas condições de habilitação vinculadas ao documento Certificado de Registro Cadastral, obriga-se, após a emissão do CRC, a declarar sob as penalidades da lei, a superveniência de fato impeditivo de sua habilitação.

6.4. Poderá participar desta licitação toda e qualquer pessoa jurídica isoladamente ou em consórcio, idônea cuja natureza seja compatível com o objeto licitado;

6.5. Em se tratando de empresas participantes em forma de Consórcio, deverão ser observadas as seguintes exigências:

6.5.1. Será admitida para efeito de habilitação técnica, a apresentação dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado;

6.5.2. Em caso de ser declarado vencedor, o consórcio deverá, antes da celebração do contrato, promover a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

6.5.3 A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão contratante e deverá ser apresentada a comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída, para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

6.6. Será garantido aos licitantes enquadrados como microempresas, empresas de pequeno porte e as cooperativas, que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, como critério de desempate, preferência de contratação, o previsto na Lei Complementar nº 123/2006, em seu Capítulo V - DO ACESSO AOS MERCADOS / DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS.

6.7. Tratando-se de microempresas e empresas de pequeno porte deverão declarar no Sistema **bilcompras.com** o exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº 123/2006.

6.8. A participação implica a aceitação integral dos termos deste edital.

6.8.1. É vedada a participação de pessoa física e jurídica nos seguintes casos:

6.8.2. Que tenham em comum um ou mais sócios cotistas e/ou prepostos com procuração;

6.8.3. Que estejam em estado de insolvência civil, sob processo de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação;

6.8.4. Impedidas de licitar e contratar com a Administração;

6.8.5. Suspensas temporariamente de participar de licitação e impedidas de contratar com a Administração;

6.8.6. Declaradas inidôneas pela Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta condição;

6.8.7. Servidor público ou empresas cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes de seu quadro técnico sejam funcionários ou empregados públicos da Administração Pública Municipal Direta ou Indireta;

6.8.8. Estrangeiras não autorizadas a comercializar no país;



6.8.9. Empresas cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto desta licitação.

7.0. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL

7.1. Os licitantes deverão encaminhar/anexar, exclusivamente por meio do sistema da Bolsa de Licitações do Brasil, no sítio eletrônico www.bllcompras.com, os documentos de habilitação exigidos neste Edital quando convocados.

7.1.1. Com relação à **proposta inicial**, basta que esta seja **cadastrada (preenchida) na plataforma**, com a descrição do objeto ofertado e seus respectivos preços, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, **não sendo necessário o envio da proposta inicial como arquivo digitalizado em anexo.**

7.2. No preenchimento da proposta inicial, por meio da plataforma digital, deverá ser informado necessariamente o seguinte:

a) Indicação no(s) lote(s) da especificação do objeto licitado com todos seus itens, de acordo com o disposto no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA deste Edital, devendo ser indicada a **MARCA PRÓPRIA** dos itens propostos e, neste campo, quando se tratar de prestação de serviço, inserir o termo "Próprio(a)", para que seja preservado o sigilo do proponente;

b) Preço unitário de cada item e global do lote cotado, em algarismos, com no máximo 2 (duas) casas decimais;

c) Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

7.3. O licitante deverá informar a condição de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) que faz jus ao tratamento diferenciado da Lei Complementar nº 123, de 2006, ou cooperativa de que trata o artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, **no ato do encaminhamento da proposta**, por intermédio de funcionalidade disponível no sistema eletrônico **bllcompras.com**.

7.4. A licitante deverá apresentar, **no momento do cadastramento da sua PROPOSTA DE PREÇOS INICIAL**, como requisito de pré-habilitação, a comprovação da garantia no montante estipulado em **1% (um por cento)**, do valor estimado para a contratação, conforme previsto no art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.4.1. Essa garantia deverá ser emitida na mesma data do cadastro da proposta de preços inicial, devendo ainda ser anexada na plataforma até a data e horário marcados para o início da sessão de disputa, em campo próprio, sob pena de desclassificação.

7.4.2. Para entendimento do valor "**Estimado da Contratação**" será considerado de acordo com o critério de julgamento, na seguinte forma:

I) **Global**: Entende-se por valor "Estimado da Contratação" o valor estimado orçado pela Administração.

II) **Lote**: Entende-se por valor "Estimado da Contratação" o valor estimado do lote orçado pela Administração, caso a licitação tenha mais de um lote, entende-se que o valor estimado da contratação será a soma dos valores estimados de cada lote que o licitante pretenda concorrer.

III) **Item**: Entende-se por valor "Estimado da Contratação" o valor total estimado do item orçado pela Administração, caso a licitação tenha mais de um item, entende-se que o valor estimado da contratação será a soma dos valores totais estimados de cada item que o licitante pretenda concorrer.

7.4.3. É importante esclarecer que a fase de lances, na qual a(s) proposta(s) são apresentada(s), é feita de forma sigilosa, de modo que a identificação dos licitantes é vedada até o encerramento dessa fase. A plataforma de disputa utilizada no certame garante que a identificação dos concorrentes só seja revelada após o término dos lances, momento em que o(a) pregoeiro(a) terá acesso ao documento de pré-habilitação (garantia de proposta).

7.4.4. A licitante poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II) seguro-garantia;

III) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.



7.4.5. Optando por caução em dinheiro, o licitante deverá apresentar o comprovante de DEPÓSITO BANCÁRIO, (com a identificação do depositante/licitante) a ser feito em nome da Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte, Conta Corrente nº 46.750-2, Agência nº 0433-2 - Banco do Brasil, sendo que depósitos efetuados em caixas de autoatendimento, só serão validados após sua compensação.

7.4.5.1. Em caso de depósito em caixa eletrônico, se solicitado algum código ou dígito de verificação, informar o CNPJ do Município de Juazeiro do Norte (07.974.082/0001-14).

7.4.6. Caso a modalidade de garantia seja seguro garantia, o licitante deverá fazer a comprovação da apólice ou de documento hábil expedido pela seguradora, cuja vigência deverá contemplar toda a validade da proposta de preços apresentada.

7.4.7. Caso a modalidade de garantia escolhida seja a fiança bancária, o licitante enviará o documento fornecido pela instituição que a concede, do qual deverá obrigatoriamente, constar:

- Beneficiário: Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte/CE.

- Objeto: Garantia de proposta de preços do Pregão nº 2026.06.23.1.

- Valor: 1% (um por cento) do valor estimado da Proposta.

- Prazo de Validade: Deverá contemplar toda a vigência da proposta de preços apresentada.

7.5. A garantia de proposta, no caso de depósito bancário, será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação, mediante solicitação por parte do licitante.

7.6. Implicará na execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos de habilitação e/ou documentos complementares quando solicitados pelo condutor.

7.7. Excepcionalmente, será admitida a realização de diligência para que a licitante encaminhe o comprovante da garantia exigida, desde que o respectivo documento **já exista e tenha sido emitido na data do cadastramento na plataforma eletrônica da proposta inicial.**

7.7.1 - A diligência terá como única finalidade permitir a juntada de documento preexistente, em conformidade com o disposto no art. 64 da Lei nº 14.133/2021 e com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União – Acórdão 781/2025 – TCU – Plenário, que **veda a aceitação de documentos produzidos ou emitidos após o prazo estabelecido no edital.**

7.8. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão da parte do próprio licitante.

7.8.1. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor da plataforma eletrônica (<http://bllcompras.com>) qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7.9. Os licitantes somente poderão retirar ou substituir as propostas, por eles apresentadas, até a data e horário de abertura da sessão pública.

7.9.1. A desistência de proposta somente poderá ocorrer até o horário de abertura da sessão pública (em conformidade com o disposto no Art. 18, § 4º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 c/c entendimento do Tribunal de Contas da União – TCU, Acórdão nº 2132/2021).

7.10. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a fase de envio de lances.

7.11. Será vedada a identificação do licitante.

7.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de proposta, após a fase de envio de lances.

7.13. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação de serviço.



7.14. Os preços, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.0. DA ABERTURA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS INICIAIS

8.1. Abertas as propostas iniciais, o(a) pregoeiro(a) fará as devidas verificações, avaliando a aceitabilidade destas. Caso ocorra alguma desclassificação, esta deverá ser fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2. Os preços deverão ser expressos em reais, com **até 2 (duas) casas** decimais em seus valores unitários e globais.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a) e somente estas participarão da etapa de lances.

8.4. Na elaboração da proposta inicial, o preço cotado poderá ultrapassar o limite máximo discriminado no **Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA** presente nos autos do processo em epígrafe; entretanto, na fase de lances, o lance final deverá atingir **preço** igual ou inferior ao limite máximo estipulado pela Administração e, caso o lote cotado seja composto de itens, o preço unitário destes deverá ser igual ou inferior aos limites previstos para cada item no Termo de Referência.

8.4.1. Caso não sejam realizados envios de lances, o licitante que cotou na proposta inicial o menor preço deverá reduzi-lo a um valor igual ou inferior ao limite máximo previsto pela Administração, junto ao Anexo I - Termo de Referência.

8.5. Serão desclassificadas as propostas que identifiquem o licitante, assim como quando não forem atribuídos valores a algum dos itens componentes do respectivo lote.

8.5.1 Serão também desclassificadas as propostas que:

8.5.1.1 - Forem elaboradas em desacordo com os termos deste Edital e de seus anexos; que forem omissas, vagas ou que apresentem irregularidades insanáveis ou defeitos capazes de dificultar o julgamento; que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente, mormente no que tange aos aspectos tributários; ou que contenha preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, preços unitários simbólicos, preços irrisórios ou com valor zero e ainda, preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes; ou que contenha identificação do licitante.

8.5.1.2 - Que após a fase de lances ou negociação, quando houver, permanecerem com seus preços unitários e total dos itens superiores aos preços no Anexo I (Termo de Referência).

8.6. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

9.0. DA ETAPA DE LANCES

9.1. O(A) pregoeiro(a) dará início à etapa competitiva no horário previsto no **subitem 3.3**, quando, então, os licitantes poderão encaminhar lances que deverão ser apresentados exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

9.2. A disputa será realizada por lote, sendo os preços registrados na ata da sessão, quando, para efeito de lances, será considerado o valor global do respectivo lote.

9.2.1. Na fase de lances, o lance final deverá atingir preço em conformidade com o item 8.4 do Edital Convocatório, quanto ao preço global e unitário dos itens, quando for o caso. Caso não sejam realizados envios de lances, o licitante que cotou na proposta inicial o menor preço deverá reduzi-lo a um valor igual ou inferior ao limite máximo previsto pela Administração, junto ao Anexo I - Termo de Referência.

9.2.2. Os licitantes poderão ofertar lances sucessivos inferiores ao seu último lance registrado no sistema, ainda que este seja maior que o menor lance já ofertado por outro licitante.

9.2.3. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



9.2.4. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.3. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após sua oferta, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutable.

9.3.1 A exclusão do lance somente poderá ocorrer na Etapa ABERTA e TEMPO RANDÔMICO.

9.4. Durante a sessão pública de disputa, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances ao(a) pregoeiro(a) nem aos demais participantes.

9.5. No caso de desconexão entre o(a) pregoeiro(a) e o sistema no decorrer da etapa competitiva, o sistema poderá permanecer acessível à recepção dos lances, retornando o(a) pregoeiro(a), quando possível, sem prejuízos dos atos realizados.

9.5.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por um tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para a divulgação.

9.5.2. Caberá ao licitante a responsabilidade por qualquer ônus decorrente da perda de negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão da parte do próprio licitante.

9.6. O modo de disputa adotado para este certame será o **"ABERTO E FECHADO"**, nos termos do Art. 56, da Lei Federal nº 14.133/2021, do Art. 22, inciso II e do Art. 24, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, observados os seguintes termos:

9.6.1. A etapa inicial de envio de lances desta sessão pública terá duração de **15 (quinze) minutos**.

9.6.2. Encerrado o prazo previsto no item acima, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até **10 (dez) minutos**, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

9.6.3. Encerrado o prazo aleatoriamente determinado, conforme item acima (**até 10 minutos**), o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até **5 (cinco) minutos**, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.6.3.1. No procedimento de que trata o item acima, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta ou por ofertar melhor lance.

9.6.4. Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições de que trata o item 9.5.3, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.6.5. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens acima, o sistema ordenará e divulgará os lances, conforme disposto no § 2º do art. 22, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

9.6.6. Definido o resultado do julgamento, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, conforme previsão do Art. 61, da Lei nº 14.133/2021.

9.7. Após a etapa de envio de lances, o sistema identificará, em coluna própria, as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8538/2015.

9.8. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem com preço de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta, ou melhor, lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada, no caso desta não estar enquadrada como ME ou EPP.

9.9. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de até 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.10. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes (ME ou EPP) que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.



9.11. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.12. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, após encerradas todas as etapas transcritas acima, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.0 DA NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA E DO LICITANTE ARREMATANTE

10.1. Encerrada a etapa de envio de lances eletrônicos da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, conforme previsão do Art. 61, da Lei nº 14.133/2021.

10.2. Na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o(a) pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento, nos termos do Art. 30 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

10.3. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.4. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação estabelecida no § 2º do art. 22, ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos no art. 28, ambos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

10.5. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

10.6. O(À) pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, exclusivamente por meio do sistema, envie a proposta adequada ao último lance ofertado, após a negociação realizada, acompanhada de sua garantia, e ainda, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.7. É facultado ao(à) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido no item acima, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.8. A não apresentação da proposta de preços final e de sua garantia, exclusivamente por meio do sistema, no sítio eletrônico <http://bllcompras.com>, dentro do prazo estipulado no item 10.6, acarretará a desclassificação do proponente, sendo convocado o licitante subsequente, e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação, sem prejuízo da sanção prevista no Art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

10.9. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. DA APRESENTAÇÃO E DO JULGAMENTO DA(S) PROPOSTA(S) DE PREÇOS FINAL(IS)

11.1. A proposta final deverá ser anexada exclusivamente por meio da plataforma eletrônica, com os preços ajustados ao menor lance, nos termos do **Anexo II (Modelo de proposta de preços)** deste edital, assinada pelo representante legal do licitante, em linguagem clara e concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, com as especificações técnicas, quantitativos, devendo ser indicada a marca do produto e/ou fornecedor do serviço e demais informações relativas ao produto/serviço ofertado.

11.2. Prazo de validade não inferior a **60 dias**, contados a partir da data da sua emissão.

11.3. O licitante não poderá cotar proposta com quantitativo de itens divergentes dos contidos no respectivo lote.

11.4. Na cotação do preço unitário não será admitido o fracionamento do centavo.

11.5. Nos preços propostos já estarão incluídas as despesas referentes a frete, tributos e demais ônus atinentes à entrega do objeto.

11.6. No caso da licitante ser cooperativa que executará (entregará) o objeto da licitação através de empregados, a mesma gozará dos privilégios fiscais e previdenciários pertinentes ao regime das cooperativas, devendo a proposta apresentar exequibilidade no aspecto tributário e sujeitar-se ao mesmo regime de qualquer outro agente econômico.

11.7. Após a apresentação da proposta não caberá desistência, sob pena de aplicações de possíveis sanções administrativas, observado o devido processo legal.



11.8. Iniciada a fase de julgamento, o(a) pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

11.9. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário.

11.10. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado desclassificado, por falta de condição de participação.

11.11. Caso observada a inexistência de sanções impeditivas da participação, será iniciado o procedimento de julgamento da(s) proposta(s) de preços finais.

11.12. Para julgamento das propostas será adotado o critério de **Menor Preço (POR LOTE)**, observado o estabelecido nas condições definidas neste edital e o disposto no Termo de Referência que norteia a contratação, sempre buscando alcançar a maior vantajosidade, quando serão desclassificadas as propostas que:

- 11.12.1. Contiverem vícios insanáveis e/ou condições ilegais;
- 11.12.2. Não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 11.12.3. Apresentarem preços manifestamente inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 11.12.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 11.12.5. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.12.6. Contiverem para o lote item com valor superior ao estimado pela Administração, independentemente do valor total do lote, devendo o licitante, readequar o valor do lote aos valores constantes no mapa de preços emitido pela plataforma eletrônica.

11.13. Será considerado indício de inexequibilidade das propostas, valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

11.14. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do(a) pregoeiro(a), que venha a comprovar:

- 11.14.1. Que o preço de custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 11.14.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.15. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

11.16. Toda desclassificação será sempre fundamentada e registrada na plataforma eletrônica.

11.17. Se a proposta de menor preço não for aceitável, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente, observada a ordem de classificação, verificando sua compatibilidade e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a este edital.

12. DA FASE DE HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos de habilitação exigidos consistem nos seguintes:

12.1.1 - Habilitação Jurídica:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e seus aditivos, devidamente registrado na Junta Comercial da sede do Licitante, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhada de documentos de eleição de seus administradores;



- b) Registro comercial e seus aditivos, no caso de empresa individual, devidamente registrado na Junta Comercial da sede do Licitante;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados em se tratando de empresas organizadas sob esta forma, devendo ser realizada a indicação da empresa líder, que será responsável por sua representação perante a Administração e apresentar declaração formal de responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, devidamente assinado por todos os representantes legais das empresas que farão parte da composição.

12.1.2 - Qualificação Técnica:

- a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, sendo está feita mediante a apresentação de atestado(s), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado;
 - a.1) Em sede de diligência, poderão ser requisitados documentos complementares, no sentido de comprovar o que está sendo afirmado no teor do atestado de qualificação técnica apresentado;

12.1.3 - Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal;
- d) Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual;
- e) Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal;
- f) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- g) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- h) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

12.1.4 - Qualificação Econômico-financeira:

- a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
 - a.1) A documentação exigida acima estará restrita ao último exercício social, no caso de empresas constituídas há menos de dois anos;
- b) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

12.1.5 - Declarações:

- a) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- b) Declaração emitida pela licitante de que não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal;
- c) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas.



d) Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

e) Declaração de que, no caso das contratações que envolvam obras públicas ou prestação de serviços, cumprirá as exigências de reserva de cargos para presos em regime semiaberto, aberto, em livramento condicional, egressos do sistema prisional e jovens egressos do sistema socioeducativo, sendo o mínimo de 10% (dez por cento) para os jovens do sistema socioeducativo, na condição de aprendiz, previstas na Lei Municipal nº 5865 de 08 de julho de 2025 e em outras normas específicas, ressalvados os casos enquadrados artigo 2º, §2º da referida lei.

12.2. Os Documentos que não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, deverão ter sido emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias, contados da data da realização da licitação ou, se emitidos por prazo indeterminado, conforme legislação do órgão expedidor.

12.2.1. Ficam excluídos da validade de 90 (noventa) dias os atestados técnicos e comprovações de inscrições.

12.3. O(s) licitante(s) vencedor(es) deverá(ão) encaminhar/anexar, exclusivamente, junto a plataforma eletrônica **bilcompras.com**, em formato digital, os documentos de habilitação exigidos neste Edital, após solicitação do(a) Pregoeiro(a), por meio do sistema eletrônico, no prazo de **2 (duas) horas**, podendo ser prorrogado, por igual período, nas situações elencadas no § 3º do art. 29, da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 73, de 30 de setembro de 2022.

12.4. Os licitantes enquadrados como ME ou EPP deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal ou trabalhista, nos termos do Art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

12.5. A não apresentação dos documentos de habilitação exigidos neste edital, exclusivamente por meio da plataforma eletrônica **bilcompras.com**, dentro do prazo estipulado no item 12.3, assim como o desatendimento a algum dos requisitos de habilitação, estipulados acima, acarretará na **inabilitação/desclassificação** do proponente, sendo convocado o licitante subsequente, e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação, sem prejuízo da sanção prevista no Art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

13. DISPOSIÇÕES SOBRE A APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006

13.1. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista da microempresa, da empresa de pequeno porte ou da cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da convocação do(a) pregoeiro(a), para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006.

13.2. A não comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, até o final do prazo estabelecido, implicará na decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao(a) pregoeiro(a) convocar os licitantes remanescentes, por ordem de classificação.

14. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

14.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao presente processo licitatório deverão ser enviados ao(a) pregoeiro(a), até **3 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura das propostas, exclusivamente por meio da plataforma **bilcompras.com**.

14.2. Nos pedidos de esclarecimentos encaminhados, os interessados deverão se identificar (CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica, e CPF para pessoa física) e disponibilizar as informações para contato (endereço completo, telefone e e-mail).

14.3. Os esclarecimentos serão prestados pelo(a) pregoeiro(a) por escrito, pela plataforma eletrônica aos interessados.

14.4. Até **3 (três) dias úteis** antes da data fixada para abertura das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o presente edital, mediante petição por escrito, exclusivamente por meio da plataforma **bilcompras.com**.



14.5. Acolhida a petição contra o ato convocatório, a decisão será comunicada aos interessados, através da plataforma eletrônica.

14.6. As respostas aos pedidos de impugnações e esclarecimentos aderem a esse Edital tal como se dele fizessem parte, vinculando a Administração e os licitantes.

14.7. Deferida a impugnação contra o presente Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, observado, para esta, a contagem mínima do mesmo prazo inicial.

14.8. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente, exceto quando se tratar de matéria de ordem pública.

14.9. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos neste certame.

14.9.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada nos autos do presente processo.

14.10. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado por meio da plataforma eletrônica, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

15. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

15.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação observará o disposto no art. 165, da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. Declarado o vencedor, a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, em campo próprio do sistema, quando será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões por escrito, exclusivamente por meio eletrônico, através da plataforma **blcompras.com**.

15.2.1. Os demais licitantes ficarão desde logo notificados a apresentar contrarrazões dentro de igual prazo, que começará a contar a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.3. Não serão conhecidos os recursos intempestivos e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo licitatório para responder pelo proponente.

15.4. A ausência de manifestação imediata do licitante quanto à intenção de recorrer importará na preclusão desse direito e o processo poderá ser adjudicado ao licitante declarado vencedor.

15.5. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.7. A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados através da plataforma **blcompras.com**.

16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

16.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) pregoeiro(a) durante o certame;

16.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

d) Deixar de apresentar amostra, quando for o caso;

e) Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

16.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



16.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou, quando for o caso a ata de registro de preço, ou ainda aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

16.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

16.1.5. Fraudar a licitação;

16.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada, no caso de solicitação de amostras;

16.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

16.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

16.2. Com fulcro na Lei n.º 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

16.2.1. Advertência;

16.2.2. Multa;

16.2.3. Impedimento de licitar e contratar e;

16.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

16.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

16.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

16.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

16.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

16.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

16.4.1. Para as infrações previstas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

16.4.2. Para as infrações previstas nos itens 16.1.4, 16.1.5, 16.1.6, 16.1.7 e 16.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

16.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

16.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

16.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 16.1.4, 16.1.5, 16.1.6, 16.1.7 e 16.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

16.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 16.1.3.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, quando tiver sido exigida, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.



16.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

16.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

17. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

17.1. Encerradas as fases de julgamento, habilitação e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71, da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2. O titular da origem desta licitação se reserva ao direito de não homologar ou revogar o presente processo por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado e mediante fundamentação escrita.

17.3. O sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

18. DA CONTRATAÇÃO

18.1. A adjudicatária terá o prazo de **5 dia(s) úteis**, contados a partir da convocação, para a assinatura do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.

18.2. O contratado estará obrigado a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na presente licitação.

18.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

18.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

18.4.1. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

18.4.2. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

18.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

18.5.1. A regra transcrita acima não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma item 18.4.1.



18.6. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente, em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos itens acima.

18.7. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

18.8. Para assinatura do(s) Contrato(s) objeto desta licitação, será exigida da(s) proponente(s) vencedora(s), a título de garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do(s) Contrato(s), em uma das modalidades previstas no art. 96 da Lei 14.133/2021, à escolha da licitante vencedora:

a) caução em dinheiro ou títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritura], mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia, autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

b) seguro-garantia;

c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira, devidamente autorizado a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

18.9. Em se tratando de garantia prestada por meio de caução em dinheiro, o depósito deverá ser feito na agência do Banco do Brasil - Conta Corrente nº 46.750-2, Agência nº 0433-2.

18.10. Se a opção de garantia for pelo seguro-garantia:

a) seu prazo de validade deverá corresponder ao período de vigência do contrato;

b) a apólice deverá indicar o Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará, como beneficiário;

c) não será aceita apólice que contenha cláusula contrária aos interesses do Município de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará.

18.11. Se a opção for pela fiança bancária, esta deverá ter:

a) prazo de validade correspondente ao período de vigência do contrato;

b) expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento ao Município de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;

c) renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos arts. 827 e 838 do Código Civil Brasileiro;

d) cláusula que assegure a atualização do valor afiançado, de acordo com o previsto neste Edital.

18.12. A garantia prestada pela contratada será liberada ou restituída após o término da vigência do contrato, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da respectiva solicitação, mediante a certificação de que os serviços foram realizados a contento.

18.13. Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de quaisquer obrigações, inclusive indenização a terceiros, a contratada se obriga a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo e improrrogável de 10 (dez) dias, a contar da data em que for notificada pelo Município de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará.

18.14. Se houver acréscimo ao valor do contrato, a contratada se obriga a fazer a complementação da garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data que for notificada pelo Município.

18.15. Ocorrerá a perda da garantia nas seguintes hipóteses:

I) o contratado der causa à rescisão do contrato;

II) - outras hipóteses previstas no edital de licitação.

18.16. As multas eventualmente aplicadas serão descontadas do valor da garantia prestada.

18.17. As condições contratuais estão definidas no Anexo IV - Minuta do Contrato, parte integrante deste edital.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônicos constantes no item 2.1 deste Edital;

19.2. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico;

19.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluir-se-ão os dias de início e incluir-se-ão os dias de vencimento.



- 19.4. Os prazos estabelecidos neste edital se iniciam e se vencem somente em dia de expediente na Prefeitura Municipal;
- 19.5. Esta licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a autoridade competente revogá-la por razões de interesse público, anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante decisão devidamente fundamentada;
- 19.6. É facultada ao(a) pregoeiro(a) ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório;
- 19.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;
- 19.8. Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) pregoeiro(a), nos termos da legislação pertinente;
- 19.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;
- 19.10. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;
- 19.11. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- 19.12. O descumprimento de prazos estabelecidos neste edital e/ou pelo(a) pregoeiro(a), ou ainda o não atendimento às solicitações/convocações, ensejará DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO;
- 19.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público;
- 19.14. Todas e quaisquer comunicações com o(a) pregoeiro(a) deverão se dar por escrito, via chat da plataforma eletrônica, na "sala virtual" onde acontecerá o certame;
- 19.15. Fica terminantemente proibido ao(a) pregoeiro(a) prestar quaisquer informações sobre o pregão já publicado e/ou em andamento, sob qualquer hipótese ou pretexto usando telefonia fixa ou móvel, como forma de garantir a lisura do certame;
- 19.16. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará.

20. DOS ANEXOS

20.1. Constituem anexos deste edital, dele fazendo parte:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II - Modelo de Proposta de Preços

ANEXO III - Modelos de Declarações

ANEXO IV - Minuta do Contrato

Juazeiro do Norte/CE, 23 de junho de 2026.


Márcia Pereira da Silva Franca
Ordenador(a) de Despesas
Secretaria Municipal de Educação



TERMO DE REFERÊNCIA PARA A AQUISIÇÃO DE...

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA



TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1- Aquisição de mobiliários para atendimento das necessidades das unidades escolares e administrativas pertencentes e vinculadas a Secretaria Municipal de Educação de Juazeiro do Norte/CE, compreendendo montagem e instalação.

2 - DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO, PREGÃO ELETRÔNICO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

2.1- A presente contratação será realizada por meio da modalidade Pregão, na forma Eletrônica, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, por se tratar de aquisição de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por especificações usuais praticadas no mercado.

2.2- A adoção do Pregão Eletrônico visa ampliar a competitividade, assegurar maior transparência ao certame, promover a celeridade processual e possibilitar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

2.3- O critério de julgamento será o de Menor Preço por LOTE, considerando a necessidade de padronização dos mobiliários, compatibilidade estética e funcional entre os itens, otimização da logística de entrega, montagem e instalação, bem como a eficiência na gestão e fiscalização contratual.

2.4- O agrupamento dos itens em lote mostra-se técnica e economicamente justificável, uma vez que os mobiliários possuem correlação entre si e destinam-se à composição de ambientes integrados, sendo recomendável que o fornecimento, a montagem e a instalação sejam executados por uma única empresa, garantindo uniformidade, qualidade e compatibilidade dos produtos fornecidos.

2.5- A licitação observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, planejamento, transparência, competitividade e economicidade, bem como as demais disposições previstas na Lei nº 14.133/2021 e na regulamentação aplicável.

2.6- A proposta final para o(s) lote(s) não poderá conter item(ns) com valor(es) superior(es) ao(s) estimado(s) pela administração, sob pena de desclassificação, independentemente do valor total do lote.

3 – JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação tem por finalidade a contratação de empresa especializada para o fornecimento de mobiliários, incluindo os serviços de montagem e instalação, conforme especificações técnicas e projetos anexos, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação – SEDUC, bem como das demais unidades administrativas e educacionais vinculadas à rede pública municipal de ensino do Município de Juazeiro do Norte.

3.2. A contratação justifica-se pela necessidade de estruturar, equipar e adequar os ambientes administrativos e pedagógicos das unidades educacionais, garantindo melhores condições de trabalho aos servidores e um ambiente adequado para o desenvolvimento das atividades educacionais. A disponibilização de mobiliário apropriado é essencial para o funcionamento regular das unidades escolares e para a promoção de um ambiente organizacional que favoreça o ensino e a aprendizagem.

3.3. Observa-se que parte das unidades administrativas apresenta necessidade de substituição, complementação ou modernização de mobiliários, em razão do desgaste natural decorrente do uso contínuo, bem como da ampliação, reforma ou implantação de novos espaços educacionais e administrativos. Dessa forma, a contratação permitirá assegurar a padronização, funcionalidade, ergonomia e adequação dos ambientes, contribuindo para a melhoria das condições de trabalho.

3.4. A inclusão dos serviços de montagem e instalação na contratação visa garantir que os mobiliários sejam devidamente instalados e ajustados conforme as especificações técnicas e os projetos estabelecidos pela Administração, assegurando a correta utilização dos equipamentos, evitando danos e garantindo maior durabilidade dos bens adquiridos.



3.5. Do ponto de vista legal e administrativo, a presente contratação encontra respaldo nos princípios que regem as contratações públicas, especialmente os princípios do planejamento, eficiência, economicidade e da busca pela proposta mais vantajosa para a Administração, previstos na Lei nº 14.133/2021. Nesse sentido, a Administração deve promover contratações adequadamente planejadas, que assegurem a continuidade e a qualidade dos serviços públicos prestados à população.

3.6. Ademais, a fase preparatória da contratação observa as diretrizes estabelecidas no art. 18 da Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre a necessidade de planejamento prévio das contratações públicas, com a identificação da necessidade administrativa, a definição do objeto e a análise da solução mais adequada para atendimento ao interesse público.

3.7. Diante do exposto, a contratação pretendida mostra-se necessária, oportuna e devidamente fundamentada, uma vez que visa assegurar a adequada estruturação dos espaços educacionais e administrativos, contribuindo para a melhoria das condições de trabalho dos profissionais da educação e para a oferta de um ambiente mais adequado ao desenvolvimento das atividades pedagógicas no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Juazeiro do Norte.

4 – JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA AGRUPAMENTO DE ITENS EM LOTE

4.1 - *(Com fundamento na Lei nº 14.133/2021 e entendimento do TCU)*

4.2- A presente justificativa tem por finalidade demonstrar a viabilidade técnica, econômica e jurídica do agrupamento de itens em lote no presente procedimento licitatório, em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e aos entendimentos consolidados do Tribunal de Contas da União acerca da matéria.

4.3- Nos termos do art. 5º da referida lei, as contratações públicas devem observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, economicidade, competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

4.4- A legislação estabelece como regra o parcelamento do objeto, desde que técnica e economicamente viável, com o objetivo de ampliar a competitividade do certame. Entretanto, o art. 40, §2º, da Lei nº 14.133/2021 dispõe que o parcelamento deverá ser adotado considerando a viabilidade técnica e econômica, devendo a Administração avaliar situações em que a divisão excessiva do objeto possa comprometer a eficiência da contratação, gerar aumento de custos ou prejudicar a economia de escala.

4.5- No presente caso, verificou-se que os itens objeto da contratação possuem natureza semelhante, complementar e interdependente, sendo usualmente fornecidos por empresas do mesmo ramo de atividade. Dessa forma, o agrupamento em lote mostra-se tecnicamente adequado, pois permite maior integração entre os itens contratados, além de reduzir riscos operacionais relacionados à contratação de múltiplos fornecedores para objetos diretamente correlacionados.

4.6- Sob o aspecto administrativo, a contratação por lote contribui para a racionalização da gestão contratual, reduzindo custos indiretos relacionados à fiscalização, controle de entregas, gestão logística e acompanhamento de múltiplos contratos. Tal medida está alinhada ao princípio da eficiência previsto no art. 5º da legislação mencionada.

4.7- Adicionalmente, a contratação conjunta dos itens possibilita a obtenção de economia de escala, permitindo aos licitantes apresentar propostas mais vantajosas em razão do maior volume contratado, atendendo ao objetivo de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, conforme previsto no art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

4.8- Importante destacar que o entendimento do Tribunal de Contas da União admite o agrupamento de itens em lote, desde que haja justificativa técnica demonstrando que a medida é mais vantajosa para a Administração e não restringe indevidamente a competitividade do certame. Nesse sentido, destaca-se o entendimento consolidado no Acórdão nº 1.214/2013 – Plenário, no qual o Tribunal assentou que:

4.9- “A adjudicação por lote ou grupo de itens é admitida quando demonstrada tecnicamente a sua vantajosidade e desde que não haja restrição indevida à competitividade.”

4.10- No mesmo sentido, o Acórdão nº 2.695/2013 – Plenário do Tribunal de Contas da União reforça que a Administração pode optar pelo julgamento por lote quando houver justificativa técnica que



evidencie ganhos de eficiência administrativa ou economia de escala, desde que a decisão esteja devidamente motivada no processo.

4.11- Dessa forma, considerando:

- a similaridade e complementaridade técnica dos itens;
- a viabilidade econômica da contratação conjunta;
- a racionalização da gestão e fiscalização contratual;
- o potencial ganho de escala e economicidade;
- e a compatibilidade da medida com os entendimentos do Tribunal de Contas da União;

4.12- conclui-se que o agrupamento dos itens em lote encontra-se devidamente justificado, estando em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021 e com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

4.13- Assim, a adoção do critério de julgamento por lote revela-se medida técnica, juridicamente fundamentada e alinhada ao interesse público, assegurando maior eficiência administrativa e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

5 – DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADES E VALOR MÁXIMO ESTIMADO

5.1. As especificações técnicas, quantitativos e valores máximos estimados dos mobiliários a serem adquiridos encontram-se detalhados na planilha orçamentária abaixo que integram o presente Termo de Referência, os quais estabelecem as características mínimas exigidas para cada item, bem como as quantidades necessárias para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Educação de Juazeiro do Norte.

LOTE ÚNICO

Lote Único - Mobiliário						
Item	Especificação	Unid.	Qtde.	Marca/Modelo	Valor Estimado	Valor Total
0001	ARMÁRIO ALTO 2 POTAS PARA ARQUIVO – Armário alto para escritório, confeccionado em MDP aglomerado, com acabamento em laminado melamínico de alta resistência. Possuir 02 portas de abrir com fechadura e chave, prateleiras internas e no mínimo 04 suportes para pastas suspensas, indicado para organização de arquivos e documentos. Dimensões aproximadas de 1,60 m de altura, 800 mm de largura e 400 a 500 mm de profundidade. Estrutura firme, base estável e adequado para uso corporativo, conforme normas técnicas vigentes.	UND	43		849,14	36.513,02
0002	ARMÁRIO BAIXO PARA ESCRITÓRIO – Armário tipo balcão para ambiente administrativo, confeccionado em MDF ou MDP 100%, com chapas de espessura mínima de 18 mm, acabamento em revestimento melamínico na cor cinza. Possuir 02 portas de abrir com dobradiças metálicas, fechadura com chave e prateleira interna para organização. Dimensões aproximadas de 800 mm de largura, 420 a 500 mm de profundidade e 750 a 760 mm de altura.	UND	26		457,61	11.897,86
0003	ARMÁRIO DE AÇO PARA PASTAS AZ – 50 VÃOS / ESCANINHOS COM PORTAS – Armário para arquivo confeccionado em chapa de aço SAE 1010/1020, com espessura mínima de 0,6 mm (ou chapa 24/26 conforme modelo equivalente). Estrutura metálica resistente, com pintura eletrostática a pó, acabamento fosco, na cor a definir. Possuir 02 portas de abrir com dobradiças internas reforçadas, puxadores ergonômicos e fechadura tipo Yale com 02 chaves. Internamente composto por 50 vãos/escaninhos para pastas tipo AZ ou 04 prateleiras reguláveis formando 05 vãos	UND	7		3.410,16	23.871,12



	internos, com capacidade mínima de 10 pastas AZ por vão, totalizando aproximadamente 50 pastas. Capacidade mínima de 30 kg por prateleira. Com pés niveladores. Dimensões aproximadas variando entre 1,60 m a 1,98 m de altura, 0,90 m de largura e 0,40 m a 0,45 m de profundidade.					
0004	CADEIRA DE ESCRITÓRIO FIXA – Cadeira para ambiente administrativo, tipo diretor/interlocutor fixa, com estrutura em metal cromado ou aço de alta resistência. Assento em madeira multilaminada com espuma de densidade adequada, revestido em tela mesh preta ou material similar. Encosto anatômico em tela mesh, proporcionando conforto e ventilação. Possuir braços fixos integrados à estrutura. Dimensões aproximadas de 490 mm de largura, 590 mm de profundidade e 910 mm de altura total, com altura do assento em torno de 450 mm. Capacidade mínima recomendada de até 150 kg. Produto resistente.	UND	75		333,01	24.975,75
0005	CADEIRA DE ESCRITÓRIO TIPO PRESIDENTE GIRATÓRIA – Cadeira para uso corporativo, tipo presidente, com encosto alto (espaldar alto), base giratória com 05 rodízios e regulagem de altura por pistão a gás. Possuir mecanismo de inclinação do encosto com sistema de trava (tipo relax). Assento e encosto estofados com espuma de densidade média/alta, revestimento em material resistente (tecido, couro sintético ou tela mesh conforme padrão). Apoia-braços com apoio integrado ou regulável. Estrutura reforçada em aço ou nylon de alta resistência. Dimensões aproximadas compatíveis com uso ergonômico, suportando carga média de até 120 kg. Produto ergonômico, resistente.	UND	1		1.224,92	1.224,92
0006	CADEIRA DE ESCRITÓRIO TIPO SECRETÁRIA GIRATÓRIA – Cadeira para ambiente administrativo, tipo secretária, com base giratória de 05 apoios, rodízios para movimentação e regulagem de altura por pistão a gás. Assento e encosto estofados com espuma de densidade adequada, revestimento resistente e acolchoado para maior conforto. Possuir braços laterais com ajuste de altura. Estrutura firme, ergonômica e indicada para uso contínuo em escritório.	UND	112		389,84	43.662,08
0007	CADEIRA ESTOFADA – cadeira fixa atendimento e uso institucional, sem braços, cadeira com estrutura de madeira maciça. medidas: 44cm comprimento x 44cm largura x 87cm altura, com encosto anatômico D.	UND	3		414,90	1.244,70
0008	CADEIRA TIFFANY – Cadeira com design clássico, indicada para eventos internos e externos. Estrutura leve e resistente, com peso aproximado de 3,66 kg. Dimensões aproximadas de 88 cm de altura, 40 cm de largura e 41 cm de profundidade. Produto funcional, empilhável e de fácil manuseio, na cor preta, adequado para uso em ambientes institucionais e eventos.	UND	20		152,96	3.059,20
0009	CONJUNTO DE ESTOFADO – Conjunto composto por 01 sofá de 02 lugares e 01 poltrona individual, destinado a ambientes de recepção e uso institucional. Estrutura em aço cromado e madeira de eucalipto (aprox. 70%) e pinus (aprox. 30%), com formato retangular e braços em modelo arco duplo. Estofamento em espuma de poliuretano, com cintas elásticas, fixação por grampos e parafusos. Revestimento em corino sintético ou linho, na cor a definir. Dimensões aproximadas do sofá: 1,20 x 0,85 x 0,83 m e	UND	1		1.487,45	1.487,45



	da poltrona: 0,66 x 0,85 x 0,83 m, com tolerância de $\pm 5\%$. Produto resistente, confortável e indicado para uso institucional contínuo.					
0010	GAVETEIRO VOLANTE 04 GAVETAS – Gaveteiro móvel para escritório, confeccionado em MDP, com revestimento em laminado melamínico de alta resistência. Possuir tampo superior com espessura mínima de 25 mm, 04 gavetas com corredeiras metálicas e puxadores resistentes, sendo indicado para organização de documentos e materiais. Base com rodízios para fácil movimentação. Dimensões aproximadas de 400 a 500 mm de largura, 450 a 460 mm de profundidade e 650 a 670 mm de altura. Produto funcional, resistente.	UND	90		592,67	53.340,30
0011	KIT BASE COM MASTROS PARA BANDEIRAS – Kit para bandeiras oficiais de uso interno, composto por base em madeira revestida em laminado na cor mogno, com canopia cromada e quatro encaixes para mastros. Acompanha 03 a 04 mastros (conforme modelo), fabricados em madeira de lei tipo pero ba-mika ou em alumínio, com aproximadamente 2,20 m a 2,40 m de altura, com ponteiros tipo lança e acabamento com verniz protetor ou acabamento natural. Base com dimensões aproximadas de 24 x 16 x 37 cm (L x A x C), com encaixe para mastros de espessura aproximada de 28 mm. Produto indicado para uso institucional, compatível com bandeiras nos tamanhos 0,90 x 1,28 m e 1,12 x 1,60 m.	UND	1		906,58	906,58
0012	KIT SOFÁ 3 LUGARES E 2 POLTRONAS – Conjunto de estofados na cor cinza, composto por 01 sofá de 3 lugares e 02 poltronas. Sofá com dimensões aproximadas de 180 cm de comprimento, 82 cm de altura e 80 cm de profundidade. Poltronas com dimensões aproximadas de 80 cm de comprimento, 82 cm de altura e 80 cm de profundidade. Estrutura em madeira de eucalipto tratada, com base em madeira com acabamento em verniz poliuretano. Assento e encosto com sistema de percintas elásticas combinadas com molas bonnel (espirais), revestidos com espuma de poliuretano de alta densidade. Revestimento em tecido tipo linho. Acompanha 04 almofadas para o sofá e 02 almofadas para cada poltrona. Capacidade de carga máxima de até 300 kg para o sofá e 120 kg por poltrona. Produto resistente, confortável e adequado para ambientes institucionais e corporativo.	UND	1		1.803,18	1.803,18
0013	LOUSA DE VIDRO MÓVEL – Lousa móvel para uso administrativo e institucional, confeccionada em vidro temperado de alta resistência, com superfície lisa e adequada para escrita com marcador apropriado para vidro. Estrutura com suporte metálico em aço, com pintura eletrostática anticorrosiva. Dimensões aproximadas de 1,50 m x 1,20 m. Base com pedestal reforçado e rodízios para movimentação, sendo no mínimo 04 unidades, com 02 rodas com sistema de travamento.	UND	5		1.035,74	5.178,70
0014	MESA DE APOIO REDONDA – Mesa de apoio com tampo redondo confeccionado em MDF, espessura mínima de 15 mm, com acabamento tingido e aplicação de verniz e pintura laqueada, garantindo proteção e aspecto decorativo. Estrutura/armação em madeira maciça, também tingida e envernizada, conferindo resistência e estabilidade. Dimensões aproximadas: altura de 50cm e tampo com 50cm cm de diâmetro. Produto indicado para ambientes	UND	7		156,73	1.097,11



	corporativos, re cepções e áreas de convivência, com acabamento refinado e durável					
0015	MESA DE REUNIÃO OVAL – Mesa para reuniões, formato oval/semioval, confeccionada em MDP de média densidade, com tampo inteiriço de espessura mínima de 25 mm, revestido em laminado melamínico BP texturizado em ambas as faces, acabamento semi-fosco e antirreflexo, com bordas em PVC resistente. Estrutura em aço com pintura eletrostática, calha para passagem de fiação e sapatas niveladoras reguláveis, ou pés metálicos de alta resistência. Dimensões aproximadas entre 1.800 e 2.500 mm de comprimento, 1.100 a 1.200 mm de largura e 730 a 740 mm de altura.	UND	2		1.202,67	2.405,34
0016	MESA DE REUNIÃO REDONDA 06 LUGARES – Mesa para reuniões, formato redondo, confeccionada em MDF ou MDP, com tampo de espessura mínima de 25 mm, revestido em laminado melamínico BP em ambas as faces, com bordas em PVC e acabamento resistente. Estrutura em aço ou pés em MDP de alta resistência, com sapatas niveladoras. Capacidade para até 06 lugares. Dimensões aproximadas entre 1,00 m e 1,20 m de diâmetro, altura de 740 a 750 mm. Cor carvalho berlín, amadeirado ou preta, ou similar.	UND	4		645,49	2.581,96
0017	MESA DE TRABALHO EM L COM PAINEL FRONTAL- Mesa para escritório em formato "L" (angular/delta), composta por mesa principal e auxiliar acopladas. Tampo em MDP de no mínimo 25 mm, revestido em laminado melamínico BP em ambas as faces, com bordas em PVC arredondadas. Dimensões aproximadas da mesa principal entre 1.200 e 1.600 mm de largura, profundidade de 600 a 700 mm e altura de 730 a 740 mm, com mesa auxiliar de aproximadamente 900 x 550 mm. Possuir no mínimo 03 passagens para cabos com acabamento em ABS. Painel frontal em MDP de no mínimo 18 mm. Estrutura em aço com tratamento antiferruginoso e pintura eletrostática, ou laterais estruturais em MDP, com sapatas niveladoras. Deve possuir calhas para fiação, 04 tomadas padrão ABNT e 04 pontos para rede/RJ. Cor a definir. Produto conforme normas técnicas vigentes.	UND	85		1.063,33	90.383,05
0018	MESA GERENTE DINÂMICA COM ARMÁRIO LATERAL (CREDENZA) – Conjunto executivo para escritório, composto por mesa principal com armário lateral tipo credenza, formando configuração em "L", com opção direita ou esquerda. Tampo principal confeccionado em MDP de espessura mínima de 25 mm, revestido em laminado melamínico BP em ambas as faces, com bordas em PVC. Corpo, frentes e demais componentes em MDP de no mínimo 18 mm. Estrutura metálica em aço tubular com pintura eletrostática epóxi, pés tipo quadro ou pedestal, com sapatas niveladoras. Armário lateral com 04 gavetas e 02 portas de correr, destinado à organização de documentos e materiais. Dimensões aproximadas entre 1.600 e 1.900 mm de comprimento, profundidade de 680 a 700 mm na mesa principal e 450 a 730 mm no armário lateral, altura de 740 mm. Cor a definir.	UND	1		4.432,97	4.432,97
0019	MESA RETA PARA ESCRITÓRIO COM GAVETAS – Mesa para ambiente administrativo, formato retangular, com	UND	5		525,33	2.626,65



	tampo em MDP/MDF de espessura mínima de 25 mm, revestido em BP melamínico, padrão amadeirado claro ou cor carvalho avelã, com bordas em PVC. Estrutura com pés painel ou tubular metálico, com sapatas niveladoras reguláveis em aço cromado. Possuir retaguarda em MDP de no mínimo 15 mm, 02 canaletas para passagem de fiação e conjunto de 03 gavetas com corredeiras metálicas. Dimensões aproximadas de 1.200 mm de largura x 600 mm de profundidade x 740 a 750 mm de altura. Produto resistente, funcional e conforme normas técnicas vigentes.				
0020	MESA RETANGULAR EM MADEIRA MACIÇA – Mesa retangular confeccionada em madeira maciça de fornecedor certificado, com acabamento em verniz PU de alta resistência. Estrutura robusta com tampo em madeira maciça e base/pés protegidos, garantindo maior durabilidade e estabilidade. Dimensões aproximadas de 2,00 m a 2,50 m de comprimento, 0,88 m a 1,10 m de largura e 0,74 m a 0,81 m de altura. Cor da madeira em tonalidades naturais variando entre cedro, cobreúva, peroba-do-norte, ipê e variações de tons escuros a médios. Produto indicado para uso institucional e ambientes corporativos.	UND	2	1.669,00	3.338,00
0021	POLTRONA DE AUDITÓRIO PARA OBESOS – Poltrona de auditório reforçada para usuários obesos, com assento e encosto em madeira multilaminada moldada anatomicamente a quente, com pressão de 10 Kg/cm², espessura mínima de 12 mm, utilizando lâminas de madeira de florestas renováveis e sustentáveis, intercaladas em número ímpar e coladas com adesivo tipo cascarnite à base de ureia-formol de baixa emissão. As estruturas do assento e encosto recebem porcas e parafusos autoatarraxantes para fixação dos mecanismos, com aplicação de trava química para evitar afrouxamento e ruídos durante o uso. O assento possui, entre a espuma e a madeira, chapa de aço de 1,9 mm, com alta resistência estrutural, suportando aproximadamente até 580 kg.	UND	3	4.713,56	14.140,68
0022	POLTRONA DE AUDITÓRIO – Poltrona para auditório, fixa, com assento e encosto em polipropileno injetado, estofada com espuma laminada de densidade controlada (assento D50 ±10% com 30 mm e encosto D25 ±10% com 25 mm), revestida em vinil, com cantos arredondados. Possui apoia-braços retráteis em polipropileno, prancheta escamoteável em ABS, estrutura metálica em tubo de aço carbono com tratamento anticorrosivo e pintura epóxi, pedestais fixa dos ao piso e sistema de mola para rebatimento automático do assento. Poltrona de auditório com estrutura reforçada, assento e encosto em material resistente e confortável, projetada para maior capacidade de carga e uso prolongado.	UND	214	2.556,67	547.127,38
0023	POLTRONA DECORATIVA PARA RECEPÇÃO / ESCRITÓRIO – Poltrona para sala e ambiente de recepção, com estrutura resistente e design decorativo. Assento e encosto estofados, revestidos em tecido tipo suede liso na cor cinza, proporcionando conforto e acabamento elegante. Estrutura adequada para uso em ambientes institucionais e corporativos, com base estável e durável. Produto indicado para recepções, salas de espera e escritórios.	UND	4	270,94	1.083,76
0024	POLTRONA ESTOFADA FIXA – Poltrona individual fixa com estrutura em madeira	UND	2	823,14	1.646,28



	maciça de reflorestamento (pinus ou equivalente de alta resistência). Sistema de sustentação do assento com percintas elásticas e molas tipo Bonnel ou sistema equivalente, proporcionando conforto e durabilidade. Assento com espuma de densidade mínima D28 ou superior. Encosto fixo com enchimento em plumante de silicone ou material de alta resiliência. Revestimento em tecido tipo linho, na cor cinza claro (ou tonalidade neutra equivalente). Pés fixos em madeira resistente. Produto não giratório, não reclinável e não desmontável, entregue montado. Dimensões aproximadas de 82 cm de altura, 90 cm de largura e 80 cm de profundidade. Peso aproximado de 28 kg. Produto indicado para ambientes institucionais e de recepção.					
0025	PRATELEIRA RETA COM SUPORTE INVISÍVEL - Prateleira para uso em ambientes internos, com comprimento aproximado de 120 cm, profundidade de 20 cm e espessura de 30 mm (3 cm), confeccionada em MDF com revestimento em laminado melamínico de alta resistência, padrão cinza. Bordas com fita de PVC de no mínimo 1 mm, coladas por sistema termo fusível. Fixação por meio de suportes metálicos ocultos (tipo mão francesa embutida ou sistema invisível), garantindo efeito flutuante, estabilidade e resistência. Produto indicado para suporte de objetos leves a moderados, com instalação nivelada e fixação adequada ao tipo de parede.	UND	2		211,66	423,32
0026	PUFF REDONDO - Puff tipo almofadão/pêra, formato redondo, confeccionado em material resistente, podendo ser em couro sintético ou tecido reforçado, com enchimento em espuma ou material de alta densidade, proporcionando conforto e durabilidade. Suporta peso aproximado de até 120 kg. Dimensões médias de 1,00 m de altura por 80 cm de diâmetro (ou medidas equivalentes conforme modelo). Produto indicado para ambientes de recepção, convivência e áreas de descanso, disponível em cores variadas.	UND	1		249,28	249,28
0027	PÚLPITO EM ACRÍLICO COM MESA DE APOIO - Pulpito confeccionado em acrílico transparente de alta resistência, com espessura aproximada de 10 mm ou equivalente, com base reforçada e estrutura em aço inox. Dimensões aproximadas do púlpito de 1,20 m x 0,40 m (ou 60 cm x 40 cm), com altura entre 1,15 m e 1,17 m, conforme modelo. Possui tampo retangular com bordas curvas e estrutura tubular curvada em aço inox, acabamento em ponta cônica ou similar. Inclui brasão do município em aço inox com aproximadamente 20 cm, conforme arte fornecida pelo contratante. Acompanha mesa auxiliar de apoio em acrílico cristal e estrutura em aço, com diâmetro aproximado de 40 cm e altura de 70 a 80 cm, destinada ao suporte de materiais. Produto indicado para eventos institucionais, cerimônias e uso oficial.	UND	1		2.386,95	2.386,95
0028	SOFÁ MODULAR CURVO COM ENCOSTO - Sofá modular de formato curvo, com encosto integrado e sem braços, indicado para composição de ambientes de recepção e convivência. Estrutura confeccionada em madeira e/ou OSB, com pés em material resistente de formato cilíndrico, conforme modelo. Assento e encosto com espuma de poliuretano de densidade mínima equivalente	UND	1		4.737,79	4.737,79



a D-28 ($\pm 10\%$), garantindo conforto e resistência. Revestimento em tecido tipo grid ou tecido/sintético conforme especificação do Termo de Referência, com costura reforçada, na cor a definir. Dimensões aproximadas, 194 x 77 x 43,9 cm, com espaldar de até 75,9 cm. Demais características construtivas, acabamentos e medidas finais conforme Termo de Referência e descritivo técnico do processo.						
Total:						887.825,38

5.2 - O valor máximo admitido para esta contratação é de **R\$ 887.825,38 (oitocentos e oitenta e sete mil, oitocentos e vinte e cinco reais e trinta e oito centavos)**, de acordo com pesquisas de preços realizadas pelo setor competente do Município de Juazeiro do Norte seguindo as normativas e a legislação vigente.

5.2.1 - A estimativa aqui apresentada é resultado de pesquisa de preços, com objetivo de identificar os preços praticados pela Administração Pública no período da contratação. Para tanto, buscou-se atender ao disposto na Instrução Normativa da SEGES nº 65/2021, a qual versa sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

5.2.2 – Para dar início ao presente processo administrativo, o Município de Juazeiro do Norte através do Setor Competente, procedeu à cotação de preços obtendo o valor estimado para contratação.

5.3 - Os valores estimados da futura contratação estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado, conforme exige o art. 23 da Lei Federal nº 14.133/21.

5.4 - Dado que os itens pretendidos possuem padrões de qualidade que podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, poderão ser adquiridos por meio de Pregão, conforme disposto no Art. 29 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.4.1 - Assim, visto que a presente aquisição se enquadra nos moldes do contido no art. 29, da Lei Federal nº 14.133/2021, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado

5.5 - Não serão aceitos para fins de contratação, preços unitários superiores aos valores constantes no orçamento acima, independentemente do valor total.

6 - DO PRAZO DE ENTREGA

6.1. O prazo para fornecimento, montagem e instalação dos mobiliários será de **até 30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente emitido pela Secretaria Municipal de Educação do Município de Juazeiro do Norte.

6.2. A entrega deverá ser realizada nos locais indicados pela Administração, conforme cronograma previamente estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, podendo contemplar diferentes unidades administrativas.

6.3. Os mobiliários deverão ser entregues devidamente transportados, montados e instalados, em perfeitas condições de uso, cabendo à contratada a responsabilidade por todos os custos relacionados ao transporte, carregamento, descarregamento, montagem, instalação e demais despesas necessárias à completa execução do objeto contratado.

6.4. Em caso de necessidade devidamente justificada, o prazo de entrega poderá ser prorrogado mediante autorização prévia da Administração, desde que comprovados motivos relevantes e aceitos pela contratante, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021.

6.5. O descumprimento do prazo estabelecido poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas no edital e no contrato, sem prejuízo das demais medidas administrativas cabíveis.



7 - DA ENTREGA DOS MOBILIÁRIOS E DO RECEBIMENTO

7.1. A entrega dos mobiliários deverá ser realizada pela empresa contratada nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Educação, no Município de Juazeiro do Norte, conforme cronograma previamente definido pela Administração e de acordo com as quantidades e especificações constantes no Termo de Referência, projetos e demais documentos que compõem o processo de contratação.

7.2. Os mobiliários deverão ser entregues devidamente embalados, transportados, montados e instalados, em perfeitas condições de uso, cabendo à contratada a responsabilidade por todas as despesas relacionadas ao transporte, carregamento, descarregamento, montagem, instalação e demais custos necessários para a completa execução do objeto contratado.

7.3. No ato da entrega, os itens deverão estar em conformidade com as especificações técnicas, padrões de qualidade, dimensões, materiais e características descritas no Termo de Referência e nos projetos anexos, sendo vedada a entrega de produtos em desacordo com as exigências estabelecidas pela Administração.

7.4. O recebimento dos mobiliários ocorrerá em duas etapas:

I – Recebimento Provisório:

Será realizado no momento da entrega e instalação dos mobiliários, por servidor ou comissão designada pela Administração, mediante verificação preliminar das quantidades entregues, da integridade dos produtos e da conformidade aparente com as especificações contratuais, no prazo de 30 (trinta) dias.

II – Recebimento Definitivo:

O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação detalhada da qualidade, funcionalidade, montagem e instalação dos mobiliários, no prazo estabelecido pela Administração, mediante emissão de termo circunstanciado atestando que os bens foram entregues em conformidade com as especificações técnicas e condições contratuais, no prazo de 5 dias úteis.

7.5. Caso sejam identificadas irregularidades, defeitos, avarias ou desconformidades, a contratada deverá realizar, às suas expensas, a substituição, correção ou adequação dos itens no prazo estabelecido pela Administração, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.6. O recebimento dos bens observará as disposições previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere aos procedimentos de fiscalização e aceitação do objeto contratado.

7.7. A contratada será responsável por garantir que todos os mobiliários sejam entregues e instalados em perfeitas condições de uso, atendendo integralmente às necessidades da Secretaria Municipal de Educação e das unidades administrativas e educacionais beneficiadas.

8 - DA GARANTIA DOS MOBILIÁRIOS

8.1. A contratada deverá garantir a qualidade, durabilidade e perfeito funcionamento dos mobiliários fornecidos, responsabilizando-se por quaisquer defeitos de fabricação, montagem ou instalação que venham a ser constatados após a entrega e aceitação dos produtos.

8.2. Os mobiliários deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data do recebimento definitivo dos bens, contra defeitos de fabricação, falhas estruturais, problemas nos materiais utilizados ou quaisquer vícios que comprometam sua funcionalidade e utilização adequada.

8.3. Durante o período de garantia, a contratada deverá realizar, sem ônus para a Administração, a substituição, reparo ou correção de quaisquer mobiliários que apresentem defeitos ou irregularidades decorrentes de fabricação, montagem, instalação ou qualidade dos materiais utilizados.

8.4. A substituição ou reparo dos itens deverá ocorrer no prazo máximo estabelecido pela Administração, contado a partir da comunicação formal da ocorrência, sendo que todas as despesas decorrentes de transporte, retirada, reposição, montagem e reinstalação correrão por conta da contratada.

8.5. Caso o problema apresentado não seja sanado dentro do prazo estabelecido, a Administração poderá adotar as medidas administrativas cabíveis, inclusive a aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação vigente.



8.6. A garantia deverá abranger todos os componentes dos mobiliários fornecidos, incluindo estruturas, ferragens, mecanismos, revestimentos e demais elementos que compõem os itens, assegurando a plena utilização dos bens durante o período estabelecido.

8.7. A execução da garantia observará as disposições previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto às responsabilidades da contratada pela adequada execução do objeto contratado.

9 - PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

9.1 - O prazo de vigência do contrato decorrente do presente processo licitatório será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, período considerado suficiente para a execução integral do objeto contratado, compreendendo o fornecimento dos mobiliários, bem como os serviços de montagem e instalação, conforme as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos que integram o processo.

9.2. A definição do prazo contratual observa os princípios do planejamento, eficiência e economicidade, buscando garantir tempo adequado para a execução do objeto sem comprometer a eficiência administrativa e a adequada gestão contratual.

8.3. A fundamentação legal para a fixação do prazo de vigência encontra respaldo na Lei nº 14.133/2021, especialmente no art. 105, que estabelece que a duração dos contratos administrativos deve estar vinculada à vigência dos respectivos créditos orçamentários, ressalvadas as hipóteses previstas na própria legislação.

9.4. No caso em análise, por se tratar de contratação para fornecimento de bens com serviços associados de montagem e instalação, a vigência de 12 (doze) meses mostra-se adequada para garantir a execução do objeto, o acompanhamento da entrega dos mobiliários nas unidades indicadas pela Administração, bem como eventuais ajustes necessários durante a execução contratual.

9.5. Adicionalmente, a definição do prazo também observa as diretrizes da fase preparatória da contratação, previstas no art. 18 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a necessidade de planejamento adequado das contratações públicas, incluindo a definição de prazos compatíveis com a natureza e complexidade do objeto.

9.6. Dessa forma, conclui-se que o prazo de vigência contratual estabelecido mostra-se tecnicamente adequado, juridicamente fundamentado e compatível com a natureza do objeto contratado, atendendo às disposições da legislação vigente e aos princípios que regem a Administração Pública.

10 - DO PAGAMENTO

10.1. - No valor estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

10.2 - Forma de Pagamento

10.2.1 - O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

10.2.2 - Será considerado a data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.3 - Prazo de Pagamento

10.3.1 - O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

10.3.2 - Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.4 - Condições de Pagamento

10.4.1 - A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento.



10.4.2 - O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.4.3 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante;

10.4.4 - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

10.4.5 - Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.4.6 - Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.4.7 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.4.8 - Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.4.9 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

10.4.10 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.4.11 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.4.12 - A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11. HABILITAÇÃO

A habilitação dos licitantes tem por objetivo comprovar a capacidade jurídica, técnica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira para execução do objeto, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

Os requisitos de habilitação estabelecidos são necessários e suficientes para assegurar a seleção de fornecedor apto à execução do objeto, garantindo competitividade, isonomia e atendimento ao interesse público, em conformidade com a legislação vigente.



12 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12.2 - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.3 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

12.4 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os mobiliários/materiais nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.5 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.6 - Entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital e Municipal do domicílio ou sede da contratada; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

12.7 - Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

12.8 - Comunicar ao Fiscal do contrato, em tempo hábil, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

12.9 - Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

12.10 - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação;

12.11 - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.12 - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.13 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.14 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

12.15 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.16 - Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;



12.17 - Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução do futuro contrato;

12.18 - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos;

12.19 - Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

12.20 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

13 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o futuro contrato;

13.2 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência, vinculado ao futuro contrato;

13.3 - Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

13.4 - Acompanhar e fiscalizar a execução do futuro contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

13.5 - Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme Art. 143, da Lei nº 14.133/2021;

13.6 - Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo de Referência e no futuro Contrato;

13.7 - Aplicar à Contratada as sanções previstas na lei e no futuro Contrato;

13.8 - Cientificar o Órgão competente para adoção das medidas cabíveis, quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;

13.9 - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

13.10 - A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação por igual período, quando motivada;

13.11 - Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico financeiro feitos pela contratada, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis;

13.12 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1 - A gestão e fiscalização do contrato será exercida por representante da administração, formalmente designado pelo(a) ordenador(a) de despesas, para acompanhar a execução do instrumento contratual, com vistas à promoção das medidas necessárias a fiel execução das condições previstas no instrumento contratual.



14.2 - A fiscalização da contratação será exercida por representante da administração, formalmente designado pelo(a) ordenador(a) de despesas, ou pessoa física ou jurídica contratada, com as atribuições de subsidiar ou assistir o gestor do contrato, de acordo com estabelecido no art. 117 da lei 14.133 de 2021.

14.3 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

14.4 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

14.5 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

14.6 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

14.7 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

14.8 - O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no mesmo, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

14.8.1 - O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do mesmo, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

14.8.2 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para o feito.

14.8.3 - O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

14.8.4 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

14.9 - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo(s) fiscal(is) do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

14.10 - O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

14.10.1 - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

14.11 - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento, a exemplo da ordem de serviço/compra, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

14.11.1 - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

14.11.2 - O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.



14.11.3 - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

14.12 - O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

14.13 - A contratada deverá manter preposto aceito pela Administração para representá-la na execução do contrato.

14.13.1 - A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

15 – DAS PENALIDADES

15.1 - Comete infração administrativa, nos termos da lei, o proponente que, com dolo ou culpa:

15.1.1 - Deixar de entregar a documentação exigida para a contratação ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) administração durante o certame;

15.1.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

d) Deixar de apresentar amostra, quando for o caso;

e) Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

15.1.3 - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.3.1 - Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou, quando for o caso a ata de registro de preço, ou ainda aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.1.4 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a contratação;

15.1.5 - Fraudar o procedimento de contratação;

15.1.6 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada, no caso de solicitação de amostras;

15.1.7 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

15.1.8 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013;

15.2 - Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1 - Advertência;

15.2.2 - Multa;

15.2.3 - Impedimento de licitar e contratar e;

15.2.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos



determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

15.3.1 - A natureza e a gravidade da infração cometida;

15.3.2 - As peculiaridades do caso concreto;

15.3.3 - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.3.4 - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

15.3.5 - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4 - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

15.4.1 - Para as infrações previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

15.4.2 - Para as infrações previstas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato.

15.5 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.6 - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.7 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.8 - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

15.9 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 15.1.3.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, quando tiver sido exigida, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.

15.10 - A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.11 - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.12 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.



15.13 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.14 - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

16 - DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 - Este termo de referência visa atender as exigências legais para o procedimento licitatório na modalidade Pregão em sua forma eletrônica, conforme rege a lei federal 14.133 de 2021 e suas alterações, ficando por esse termo, proibido exigir cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo e estabeleçam preferências ou destinações em razão de naturalidade dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para sua especificação.

16.2 - Poderá o Município de Juazeiro do Norte/CE, revogar o presente Processo, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

16.3 - O Município de Juazeiro do Norte/CE, deverá anular o presente Processo, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

16.4 - A anulação do Processo não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do Art. 71 da Lei Federal nº. 14.133/21.

16.5 - Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração.

16.6 - Em caso de manifestação de desistência do fornecedor, fica caracterizado descumprimento total da(s) obrigação(ões) assumida(s), sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta, caso haja, em favor do órgão ou entidade promotora, conforme estabelecido no Art. 90, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.7 - Salientamos que, se alguma situação, não prevista neste Instrumento, ocorrer, todas as consequências de sua existência serão regidas pela Lei Federal nº 14.133/2021.

17 - ORIGEM DOS RECURSOS

17.1 - As despesas do futuro Contrato correrão por conta de recursos oriundos do Tesouro Municipal, previstos nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão	Unidade Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento de Despesa
07	01	12.122.0002.2.042	4.4.90.52.00
07	01	12.365.0004.2.051	4.4.90.52.00

18 - DO FORO

16.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Juazeiro do Norte/CE para dirimir os litígios que decorrerem da execução do futuro Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Juazeiro do Norte/CE, 21 de junho de 2026.


MÁRCIA PEREIRA DA SILVA FRANCA
Secretária Municipal de Educação
Portaria nº 0485/2025



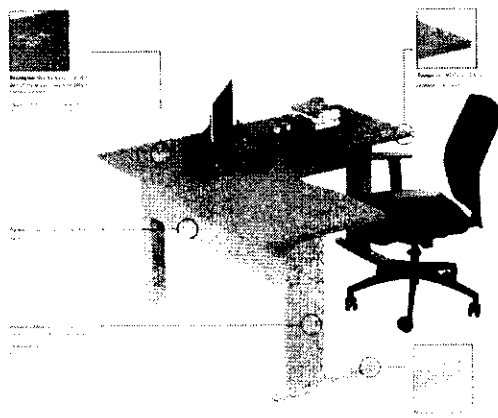
PROCESSO Nº 000.000.000/2019
TOMADA DE PREÇOS Nº 000.000.000/2019
EMPRESA: [FANTASIA] - [NOME] - [CNPJ] - [INSCRIÇÃO ESTADUAL] - [MUNICÍPIO] - [UF]

ANEXO TR LAYOUT MOBILIÁRIOS

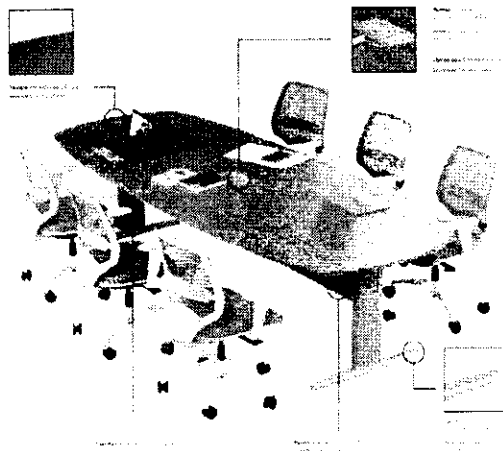


ANEXO – IMAGENS ILUSTRATIVAS

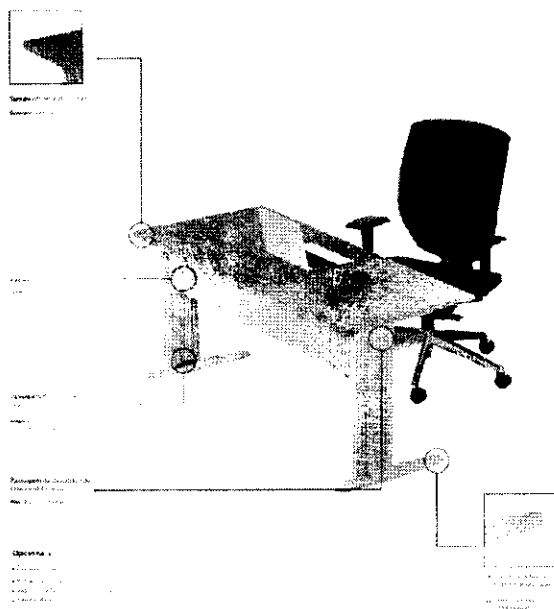
MESA EM “L” (85 UNIDADES)



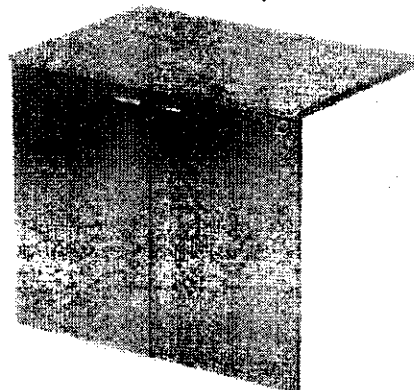
MESA DE REUNIÃO (2 UNIDADES)



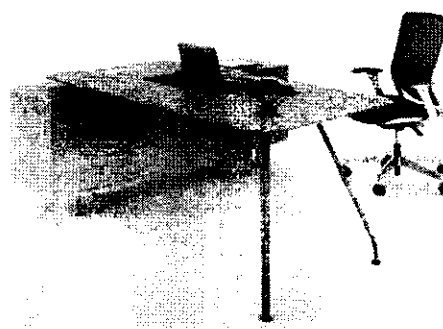
MESA RETA (5 UNIDADES)



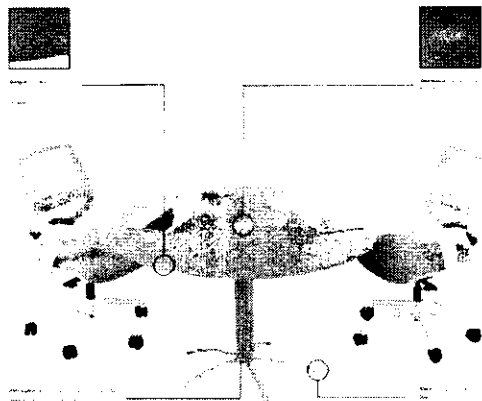
ARMÁRIO 2 PORTAS BAIXO (26 UNIDADES)



MESA SECRETÁRIA COM ARMÁRIO BAIXO (1 UNIDADE) – OPÇÃO

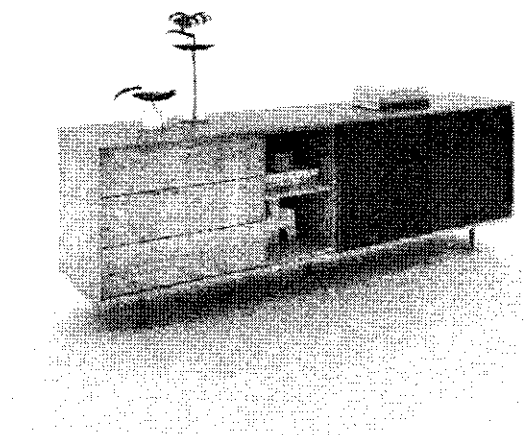


MESA REDONDA (4 UNIDADES)

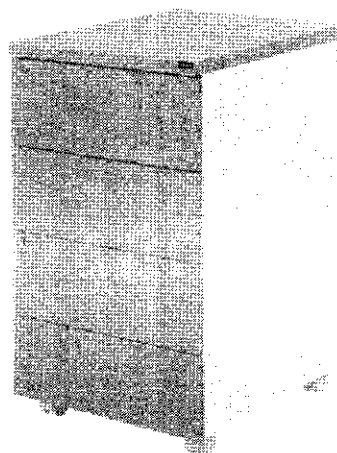




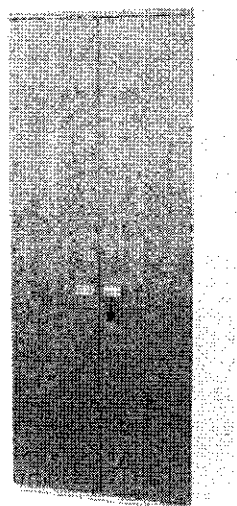
OPÇÃO 2



**GAVETEIRO VOLANTE (90
UNIDADES)**



**ARMÁRIO 2 PORTAS PARA
ARQUIVO (43 UNIDADES)**

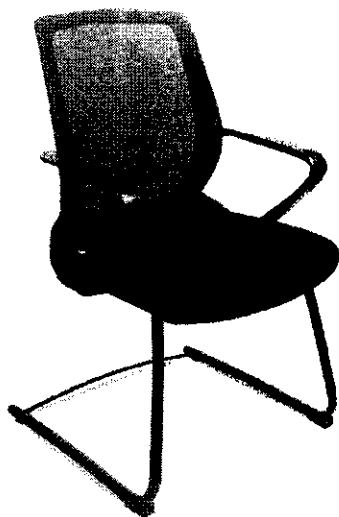


**CADEIRAS TRABALHO (110
UNIDADES)**

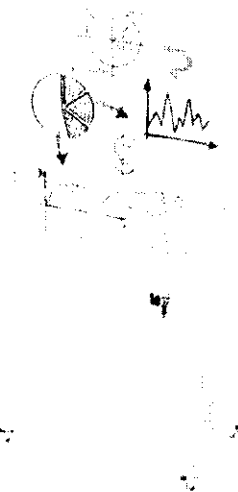




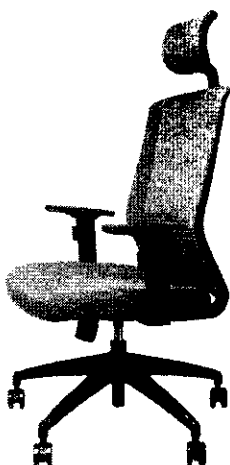
**CADEIRA DE ESPERA (75
UNIDADES)**



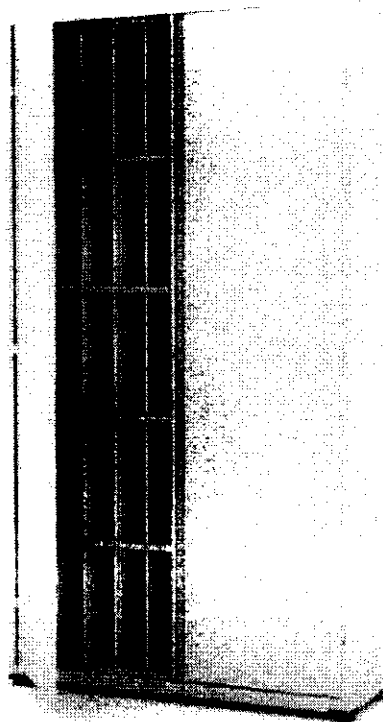
YOUNG LOUSA (5 UNIDADES)

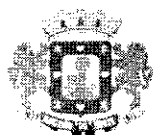


**CADEIRA PRESIDENTE (1
UNIDADE)**

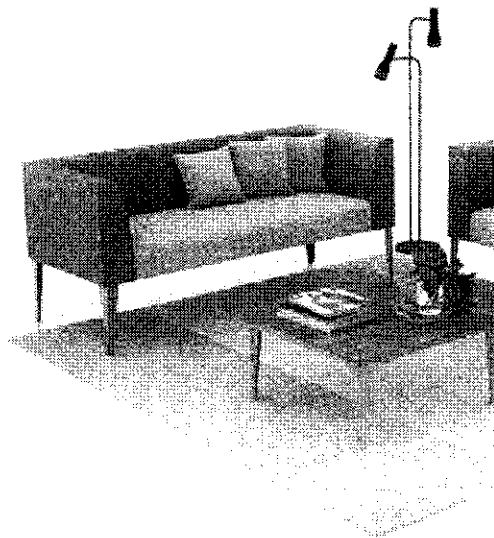


**ARMÁRIO DE AÇO PARA PASTA AZ
COM PORTAS - (7 UNIDADES)**

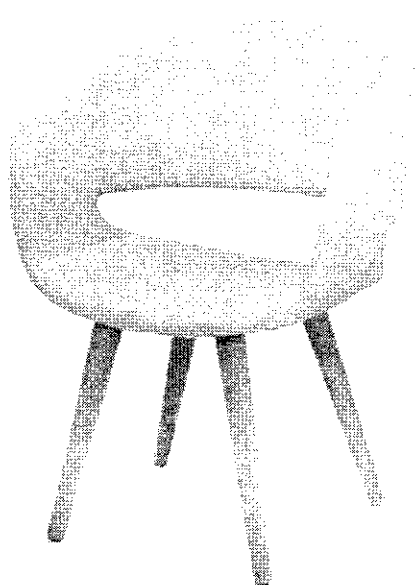




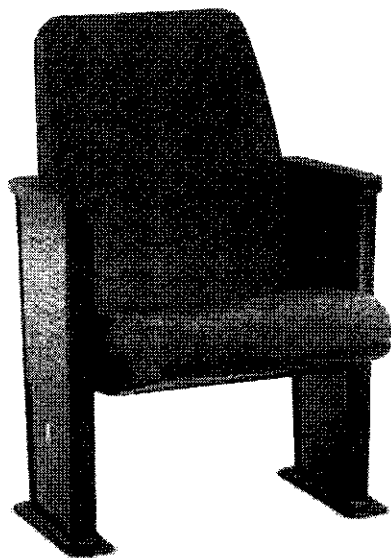
CONJUNTO ESTAR (1 UNIDADE)



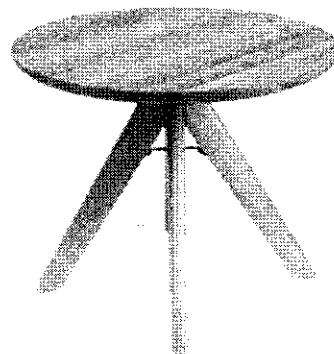
CADEIRA PALCO (4 UNIDADES)



CADEIRA AUDITÓRIO (267 UNIDADES)



MESA DE APOIO LATERAL (7 UNIDADES)

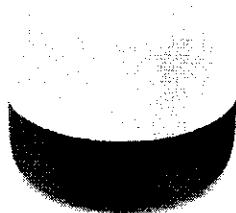




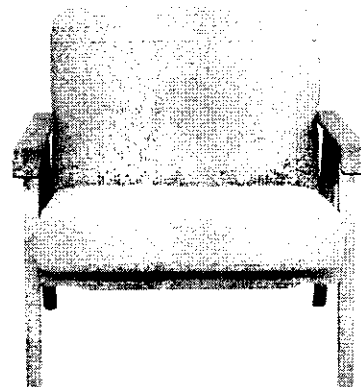
LOUNGE FOYER



PUFF CILÍNDRICO ESTOFADO (2 UNIDADES)



POLTRONA LOUNGE (2 UNIDADES)

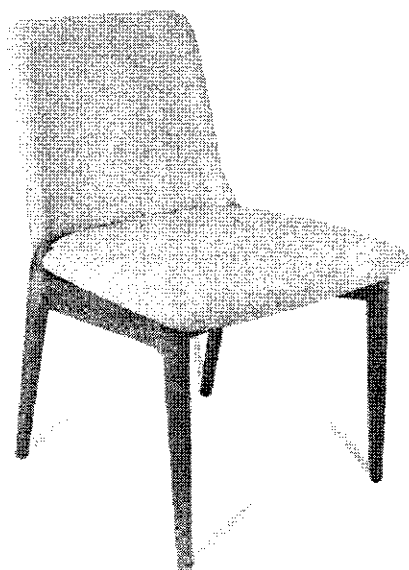


CADEIRA TÉCNICO DE SOM (2 UNIDADES)





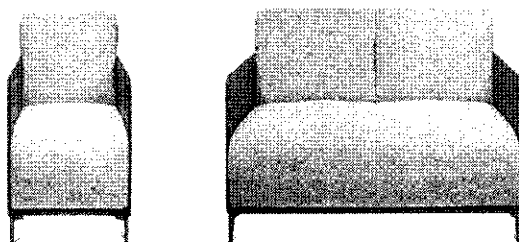
CADEIRAS CAMARIM (3 UNIDADES)



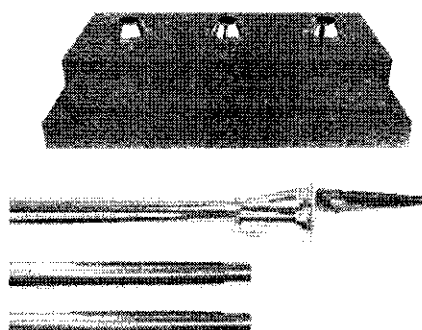
CADEIRA TIFFANY (20 UNIDADES)



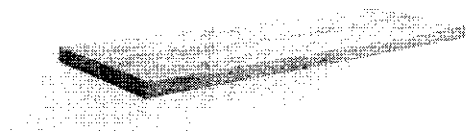
ESTAR CAMARIM



KIT MASTRO PARA BANDEIRAS (1 UNIDADE)



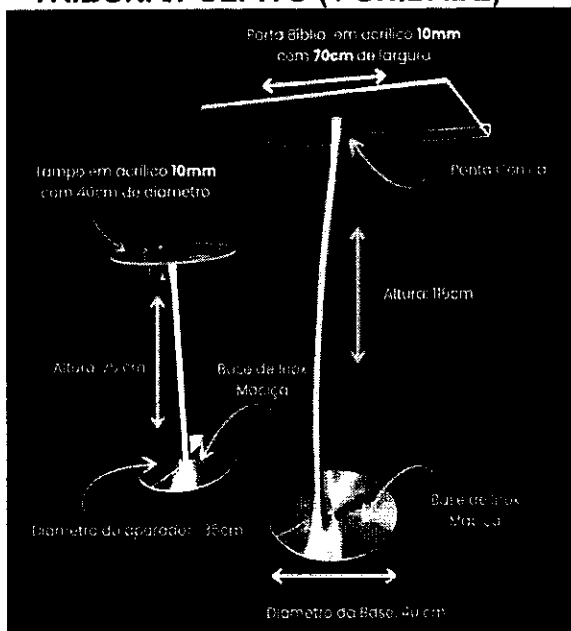
BANCADAS (2 UNIDADES)



2 Presilhas para bancada
1 haste para bandeira



TRIBUNA/PÚLPITO (1 UNIDADE)



MESA CERIMONIAL (2 UNIDADES)





ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS



MINUTA DA PROPOSTA DE PREÇOS

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Folha Nº 1368

A Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte/CE.

Pela presente declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente os da Lei Federal nº. 14.133/2021, bem como às cláusulas e condições do Processo Licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico nº 2026.06.23.1**.

Declaramos que não ocorreu fato que nos impeça de participar do mencionado Processo de Licitação.

Declaramos, ainda, que em nossa proposta os valores apresentados englobam todas as despesas com tributos, impostos, contribuições fiscais, parafiscais ou taxas, inclusive, porventura, com serviços de terceiros, que incidam direta ou indiretamente no valor dos produtos/materiais cotados que venham a onerar o objeto desta contratação.

Assumimos o compromisso de bem e fielmente executar/fornecer os serviços/produtos especificados no Anexo I, caso sejamos vencedor(es) do presente Processo de Licitação.

Objeto: Aquisição de mobiliários para atendimento das necessidades das unidades escolares e administrativas pertencentes e vinculadas a Secretaria Municipal de Educação de Juazeiro do Norte/CE, compreendendo montagem e instalação, conforme especificações apresentadas no quadro abaixo:

Lote Único - Mobiliário						
Item	Especificação	Unid.	Qtde.	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
0001	ARMÁRIO ALTO 2 POTAS PARA ARQUIVO – Armário alto para escritório, confeccionado em MDP aglomerado, com acabamento em laminado melamínico de alta resistência. Possuir 02 portas de abrir com fechadura e chave, prateleiras internas e no mínimo 04 suportes para pastas suspensas, indicado para organização de arquivos e documentos. Dimensões aproximadas de 1,60 m de altura, 800 mm de largura e 400 a 500 mm de profundidade. Estrutura firme, base estável e adequado para uso corporativo, conforme normas técnicas vigentes.	UND	43			
0002	ARMÁRIO BAIXO PARA ESCRITÓRIO – Armário tipo balcão para ambiente administrativo, confeccionado em MDF ou MDP 100%, com chapas de espessura mínima de 18 mm, acabamento em revestimento melamínico na cor cinza. Possuir 02 portas de abrir com dobradiças metálicas, fechadura com chave e prateleira interna para organização. Dimensões aproximadas de 800 mm de largura, 420 a 500 mm de profundidade e 750 a 760 mm de altura.	UND	26			
0003	ARMÁRIO DE AÇO PARA PASTAS AZ – 50 VÃOS / ESCANINHOS COM PORTAS – Armário para arquivo confeccionado em chapa de aço SAE 1010/1020, com espessura mínima de 0,6 mm (ou chapa 24/26 conforme modelo equivalente). Estrutura metálica resistente, com pintura eletrostática a pó, acabamento fosco, na cor a definir. Possuir 02 portas de abrir com dobradiças internas reforçadas, puxadores ergonômicos e fechadura tipo Yale com 02 chaves. Internamente composto por 50 vãos/escaninhos para pastas tipo AZ ou 04 prateleiras reguláveis formando 05 vãos internos, com capacidade mínima de 10 pastas AZ por vão, totalizando aproximadamente 50 pastas. Capacidade mínima de 30 kg por prateleira. Com pés niveladores. Dimensões aproximadas variando entre 1,60 m a 1,98 m de altura, 0,90 m de largura e 0,40 m a 0,45 m de profundidade.	UND	7			
0004	CADEIRA DE ESCRITÓRIO FIXA – Cadeira para ambiente administrativo, tipo	UND	75			



COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Folha Nº 1370

	diretor/interlocutor fixa, com estrutura em metal cromado ou aço de alta resistência. Assento em madeira multilaminada com espuma de densidade adequada, revestido em tela mesh preta ou material similar. Encosto anatômico em tela mesh, proporcionando conforto e ventilação. Possuir braços fixos integrados à estrutura. Dimensões aproximadas de 490 mm de largura, 590 mm de profundidade e 910 mm de altura total, com altura do assento em torno de 450 mm. Capacidade mínima recomendada de até 150 kg. Produto resistente				
0005	CADEIRA DE ESCRITÓRIO TIPO PRESIDENTE GIRATÓRIA – Cadeira para uso corporativo, tipo presidente, com encosto alto (espaldar alto), base giratória com 05 rodízios e regulagem de altura por pistão a gás. Possuir mecanismo de inclinação do encosto com sistema de trava (tipo relax). Assento e encosto estofados com espuma de densidade média/alta, revestimento em material resistente (tecido, couro sintético ou tela mesh conforme padrão). Apoia-braços com apoio integrado ou regulável. Estrutura reforçada em aço ou nylon de alta resistência. Dimensões aproximadas compatíveis com uso ergonômico, suportando carga média de até 120 kg. Produto ergonômico, resistente.	UND	1		
0006	CADEIRA DE ESCRITÓRIO TIPO SECRETÁRIA GIRATÓRIA – Cadeira para ambiente administrativo, tipo secretária, com base giratória de 05 apoios, rodízios para movimentação e regulagem de altura por pistão a gás. Assento e encosto estofados com espuma de densidade adequada, revestimento resistente e acolchoado para maior conforto. Possuir braços laterais com ajuste de altura. Estrutura firme, ergonômica e indicada para uso contínuo em escritório.	UND	112		
0007	CADEIRA ESTOFADA – cadeira fixa , atendimento e uso institucional, sem braços. cadeira com estrutura de madeira maciça. medidas: 44cm comprimento x 44cm largura x 87cm altura, com encosto anatômico D.	UND	3		
0008	CADEIRA TIFFANY – Cadeira com design clássico, indicada para eventos internos e externos. Estrutura leve e resistente, com peso aproximado de 3,66 kg. Dimensões aproximadas de 88 cm de altura, 40 cm de largura e 41 cm de profundidade. Produto funcional, empilhável e de fácil manuseio, na cor preta, adequado para uso em ambientes institucionais e eventos.	UND	20		
0009	CONJUNTO DE ESTOFADO – Conjunto composto por 01 sofá de 02 lugares e 01 poltrona individual, destinado a ambientes de recepção e uso institucional. Estrutura em aço cromado e madeira de eucalipto (aprox. 70%) e pinus (aprox. 30%), com formato retangular e braços em modelo arco duplo. Estofamento em espuma de poliuretano, com cintas elásticas, fixação por grampos e parafusos. Revestimento em corino sintético ou linho, na cor a definir. Dimensões aproximadas do sofá: 1,20 x 0,85 x 0,83 m e da poltrona: 0,66 x 0,85 x 0,83 m, com tolerância de ±5%. Produto resistente, confortável e indicado para uso institucional contínuo.	UND	1		
0010	GAVETEIRO VOLANTE 04 GAVETAS – Gaveteiro móvel para escritório, confeccionado em MDP, com revestimento em laminado melamínico de alta resistência. Possuir tampo superior com espessura mínima de 25 mm, 04	UND	90		



	gavetas com corrediças metálicas e puxadores resistentes, sendo indicado para organização de documentos e materiais. Base com rodízios para fácil movimentação. Dimensões aproximadas de 400 a 500 mm de largura, 450 a 460 mm de profundidade e 650 a 670 mm de altura. Produto funcional, resistente.				
0011	KIT BASE COM MASTROS PARA BANDEIRAS – Kit para bandeiras oficiais de uso interno, composto por base em madeira revestida em laminado na cor mogno, com canopla cromada e quatro encaixes para mastros. Acompanha 03 a 04 mastros (conforme modelo), fabricados em madeira de lei tipo pero ba-mika ou em alumínio, com aproximadamente 2,20 m a 2,40 m de altura, com ponteiros tipo lança e acabamento com verniz protetor ou acabamento natural. Base com dimensões aproximadas de 24 x 16 x 37 cm (L x A x C), com encaixe para mastros de espessura aproximada de 28 mm. Produto indicado para uso institucional, compatível com bandeiras nos tamanhos 0,90 x 1,28 m e 1,12 x 1,60 m.	UND	1		
0012	KIT SOFÁ 3 LUGARES E 2 POLTRONAS – Conjunto de estofados na cor cinza, composto por 01 sofá de 3 lugares e 02 poltronas. Sofá com dimensões aproximadas de 180 cm de comprimento, 82 cm de altura e 80 cm de profundidade. Poltronas com dimensões aproximadas de 80 cm de comprimento, 82 cm de altura e 80 cm de profundidade. Estrutura em madeira de eucalipto tratada, com base em madeira com acabamento em verniz poliuretano. Assento e encosto com sistema de percintas elásticas combinadas com molas bonnel (espirais), revestidos com espuma de poliuretano de alta densidade. Revestimento em tecido tipo linho. Acompanha 04 almofadas para o sofá e 02 almofadas para cada poltrona. Capacidade de carga máxima de até 300 kg para o sofá e 120 kg por poltrona. Produto resistente, confortável e adequado para ambientes institucionais e corporativo.	UND	1		
0013	LOUSA DE VIDRO MÓVEL – Lousa móvel para uso administrativo e institucional, confeccionada em vidro temperado de alta resistência, com superfície lisa e adequada para escrita com marcador apropriado para vidro. Estrutura com suporte metálico em aço, com pintura eletrostática anticorrosiva. Dimensões aproximadas de 1,50 m x 1,20 m. Base com pedestal reforçado e rodízios para movimentação, sendo no mínimo 04 unidades, com 02 rodas com sistema de travamento.	UND	5		
0014	MESA DE APOIO REDONDA – Mesa de apoio com tampo redondo confeccionado em MDF, espessura mínima de 15 mm, com acabamento tingido e aplicação de verniz e pintura laqueada, garantindo proteção e aspecto decorativo. Estrutura/armação em madeira maciça, também tingida e envernizada, conferindo resistência e estabilidade. Dimensões aproximadas: altura de 50cm e tampo com 50cm cm de diâmetro. Produto indicado para ambientes corporativos, recepções e áreas de convivência, com acabamento refinado e durável.	UND	7		
0015	MESA DE REUNIÃO OVAL – Mesa para reuniões, formato oval/semioval, confeccionada em MDP de média densidade, com tampo inteiriço de espessura mínima de 25 mm, revestido em laminado melamínico BP texturizado em ambas as faces, acabamento semi-fosco e antirreflexo, com bordas em PVC resistente. Estrutura em aço com pintura	UND	2		



	eletrostática, calha para passagem de fiação e sapatas niveladoras reguláveis, ou pés metálicos de alta resistência. Dimensões aproximadas entre 1.800 e 2.500 mm de comprimento, 1.100 a 1.200 mm de largura e 730 a 740 mm de altura.				
0016	MESA DE REUNIÃO REDONDA 06 LUGARES - Mesa para reuniões, formato redondo, confeccionada em MDF ou MDP, com tampo de espessura mínima de 25 mm, revestido em laminado melamínico BP em ambas as faces, com bordas em PVC e acabamento resistente. Estrutura em aço ou pés em MDP de alta resistência, com sapatas niveladoras. Capacidade para até 06 lugares. Dimensões aproximadas entre 1,00 m e 1,20 m de diâmetro, altura de 740 a 750 mm. Cor carvalho berlín, amadeirado ou preta, ou similar.	UND	4		
0017	MESA DE TRABALHO EM L COM PAINEL FRONTAL - Mesa para escritório em formato "L" (angular/delta), composta por mesa principal e auxiliar acopladas. Tampo em MDP de no mínimo 25 mm, revestido em laminado melamínico BP em ambas as faces, com bordas em PVC arredondadas. Dimensões aproximadas da mesa principal entre 1.200 e 1.600 mm de largura, profundidade de 600 a 700 mm e altura de 730 a 740 mm, com mesa auxiliar de aproximadamente 900 x 550 mm. Possuir no mínimo 03 passagens para cabos com acabamento em ABS. Painel frontal em MDP de no mínimo 18 mm. Estrutura em aço com tratamento antiferruginoso e pintura eletrostática, ou laterais estruturais em MDP, com sapatas niveladoras. Deve possuir calhas para fiação, 04 tomadas padrão ABNT e 04 pontos para rede/RJ. Cor a definir. Produto conforme normas técnicas vigentes.	UND	85		
0018	MESA GERENTE DINÂMICA COM ARMÁRIO LATERAL (CREDENZA) - Conjunto executivo para escritório, composto por mesa principal com armário lateral tipo credenza, formando configuração em "L", com opção direita ou esquerda. Tampo principal confeccionado em MDP de espessura mínima de 25 mm, revestido em laminado melamínico BP em ambas as faces, com bordas em PVC. Corpo, frentes e demais componentes em MDP de no mínimo 18 mm. Estrutura metálica em aço tubular com pintura eletrostática epóxi, pés tipo quadro ou pedestal, com sapatas niveladoras. Armário lateral com 04 gavetas e 02 portas de correr, destinado à organização de documentos e materiais. Dimensões aproximadas entre 1.600 e 1.900 mm de comprimento, profundidade de 680 a 700 mm na mesa principal e 450 a 730 mm no armário lateral, altura de 740 mm. Cor a definir.	UND	1		
0019	MESA RETA PARA ESCRITÓRIO COM GAVETAS - Mesa para ambiente administrativo, formato retangular, com tampo em MDP/MDF de espessura mínima de 25 mm, revestido em BP melamínico, padrão amadeirado claro ou cor carvalho avelã, com bordas em PVC. Estrutura com pés painel ou tubular metálico, com sapatas niveladoras reguláveis em aço cromado. Possuir retaguarda em MDP de no mínimo 15 mm, 02 canaletas para passagem de fiação e conjunto de 03 gavetas com corredeiras metálicas. Dimensões aproximadas de 1.200 mm de largura x 600 mm de profundidade x 740 a 750 mm de altura. Produto resistente, funcional e conforme normas técnicas vigentes.	UND	5		



0020	MESA RETANGULAR EM MADEIRA MACIÇA – Mesa retangular confeccionada em madeira maciça de fornecedor certificado, com acabamento em verniz PU de alta resistência. Estrutura robusta com tampo em madeira maciça e base/pés protegidos, garantindo maior durabilidade e estabilidade. Dimensões aproximadas de 2,00 m a 2,50 m de comprimento, 0,88 m a 1,10 m de largura e 0,74 m a 0,81 m de altura. Cor da madeira em tonalidades naturais variando entre cedro, cobreúva, peroba-do-norte, ipê e variações de tons escuros a médios. Produto indicado para uso institucional e ambientes corporativos.	UND	2		
0021	POLTRONA DE AUDITÓRIO PARA OBESOS – Poltrona de auditório reforçada para usuários obesos, com assento e encosto em madeira multilaminada moldada anatomicamente a quente, com pressão de 10 Kgf/cm², espessura mínima de 12 mm, utilizando lâminas de madeira de florestas renováveis e sustentáveis, intercaladas em número ímpar e coladas com adesivo tipo cascarnite à base de ureia-formol de baixa emissão. As estruturas do assento e encosto recebem porcas e parafusos autoatarraxantes para fixação dos mecanismos, com aplicação de trava química para evitar afrouxamento e ruídos durante o uso. O assento possui, entre a espuma e a madeira, chapa de aço de 1,9 mm, com alta resistência estrutural, suportando aproximadamente até 580 kg.	UND	3		
0022	POLTRONA DE AUDITÓRIO – Poltrona para auditório, fixa, com assento e encosto em polipropileno injetado, estofada com espuma laminada de densidade controlada (assento D50 ±10% com 30 mm e encosto D25 ±10% com 25 mm), revestida em vinil, com cantos arredondados. Possui apoia-braços retráteis em polipropileno, prancheta escamoteável em ABS, estrutura metálica em tubo de aço carbono com tratamento anticorrosivo e pintura epóxi, pedestais fixa dos ao piso e sistema de mola para rebatimento automático do assento. Poltrona de auditório com estrutura reforçada, assento e encosto em material resistente e confortável, projetada para maior capacidade de carga e uso prolongado.	UND	214		
0023	POLTRONA DECORATIVA PARA RECEPÇÃO / ESCRITÓRIO – Poltrona para sala e ambiente de recepção, com estrutura resistente e design decorativo. Assento e encosto estofados, revestidos em tecido tipo suede liso na cor cinza, proporcionando conforto e acabamento elegante. Estrutura adequada para uso em ambientes institucionais e corporativos, com base estável e durável. Produto indicado para recepções, salas de espera e escritórios.	UND	4		
0024	POLTRONA ESTOFADA FIXA – Poltrona individual fixa, com estrutura em madeira maciça de reflorestamento (pinus ou equivalente de alta resistência). Sistema de sustentação do assento com percintas elásticas e molas tipo Bonnel ou sistema equivalente, proporcionando conforto e durabilidade. Assento com espuma de densidade mínima D28 ou superior. Encosto fixo com enchimento em plumante de silicone ou material de alta resiliência. Revestimento em tecido tipo linho, na cor cinza claro (ou tonalidade neutra equivalente). Pés fixos em madeira resistente. Produto não giratório, não reclinável e não desmontável, entregue montado. Dimensões aproximadas de 82 cm de altura, 90 cm de largura e 80 cm de profundidade. Peso aproximado de 28 kg.	UND	2		



	Produto indicado para ambientes institucionais e de recepção.					
0025	PRATELEIRA RETA COM SUPORTE INVISÍVEL – Prateleira para uso em ambientes internos, com comprimento aproximado de 120 cm, profundidade de 20 cm e espessura de 30 mm (3 cm), confeccionada em MDF com revestimento em laminado melamínico de alta resistência, padrão cinza. Bordas com fita de PVC de no mínimo 1 mm, coladas por sistema termo fusível. Fixação por meio de suportes metálicos ocultos (tipo mão francesa embutida ou sistema invisível), garantindo efeito flutuante, estabilidade e resistência. Produto indicado para suporte de objetos leves a moderados, com instalação nivelada e fixação adequada ao tipo de parede.	UND	2			
0026	PUFF REDONDO – Puff tipo almofadão/pêra, formato redondo, confeccionado em material resistente, podendo ser em couro sintético ou tecido reforçado, com enchimento em espuma ou material de alta densidade, proporcionando conforto e durabilidade. Suporta peso aproximado de até 120 kg. Dimensões médias de 1,00 m de altura por 80 cm de diâmetro (ou medidas equivalentes conforme modelo). Produto indicado para ambientes de recepção, convivência e áreas de descanso, disponível em cores variadas.	UND	1			
0027	PÚLPITO EM ACRÍLICO COM MESA DE APOIO – Púlpito confeccionado em acrílico transparente de alta resistência, com espessura aproximada de 10 mm ou equivalente, com base reforçada e estrutura em aço inox. Dimensões aproximadas do púlpito de 1,20 m x 0,40 m (ou 60 cm x 40 cm), com altura entre 1,15 m e 1,17 m, conforme modelo. Possui tampo retangular com bordas curvas e estrutura tubular curvada em aço inox, acabamento em ponta cônica ou similar. Inclui brasão do município em aço inox com aproximadamente 20 cm, conforme arte fornecida pelo contratante. Acompanha mesa auxiliar de apoio em acrílico cristal e estrutura em aço, com diâmetro aproximado de 40 cm e altura de 70 a 80 cm, destinada ao suporte de materiais. Produto indicado para eventos institucionais, cerimônias e uso oficial.	UND	1			
0028	SOFA MODULAR CURVO COM ENCOSTO – Sofá modular de formato curvo, com encosto integrado e sem braços, indicado para composição de ambientes de recepção e convivência. Estrutura confeccionada em madeira e/ou OSB, com pés em material resistente de formato cilíndrico, conforme modelo. Assento e encosto com espuma de poliuretano de densidade mínima equivalente a D-28 (±10%), garantindo conforto e resistência. Revestimento em tecido tipo grid ou tecido/sintético conforme especificação do Termo de Referência, com costura reforçada, na cor a definir. Dimensões aproximadas, 194 x 77 x 43,9 cm, com espaldar de até 75,9 cm. Demais características construtivas, acabamentos e medidas finais conforme Termo de Referência e descritivo técnico do processo.	UND	1			
			Total:			

O valor total da proposta é de R\$ (.....).

Validade da Proposta: (.....) dias.



IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

Empresa:
CNPJ:
Endereço:
Cidade:
Telefone: e-mail:

INDICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DO CONTRATO

Representante Legal:
CPF:
Telefone: e-mail:

DADOS BANCÁRIOS

Banco:
Agência:
Conta para depósito:
Titular:

Local e Data:

.....

Assinatura do Proponente

(PREFERENCIALMENTE EM PAPEL TIMBRADO DO PROPONENTE)



ANEXO III

MODELO DECLARAÇÕES



MINUTA DECLARAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2026.06.23.1.

A empresa, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº, por intermédio do seu representante legal, o Sr(a)..... portador(a) da Carteira de identidade nº e CPF nº, **DECLARA** que:

a) A proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes;

b) Não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal;

c) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas;

d) Atende aos requisitos de habilitação, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

e) Declaração de que, no caso das contratações que envolvam obras públicas ou prestação de serviços, cumprirá as exigências de reserva de cargos para presos em regime semiaberto, aberto, em livramento condicional, egressos do sistema prisional e jovens egressos do sistema socioeducativo, sendo o mínimo de 10% (dez por cento) para os jovens do sistema socioeducativo, na condição de aprendiz, previstas na Lei Municipal nº 5865 de 08 de julho de 2025 e em outras normas específicas, ressalvados os casos enquadrados artigo 2º, §2º da referida lei.

Local e data

.....
(Assinatura e Carimbo CNPJ)

(PREFERENCIALMENTE EM PAPEL TIMBRADO DO PROPONENTE)



ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO



MINUTA DO CONTRATO

Contrato que entre si fazem o Município de/....., através do(a) e a empresa, para o fim que nele se declara.

O Município de, Estado do, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, através do(a), neste ato representada por seu(sua) Ordenador(a) de Despesas, o(a) Sr(a)., residente e domiciliado(a) na Cidade de/....., apenas denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado, estabelecida na, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representada por, portador(a) do CPF nº, apenas denominada de **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Contrato, oriundo do Processo de **Pregão Eletrônico nº 2026.06.23.1**, em conformidade com as disposições contidas na Lei Federal nº. 14.133, 01 de abril de 2021, mediante as cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1 - Processo de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 2026.06.23.1, de acordo de acordo com as normas gerais da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, devidamente homologado pelo(a) Sr(a)., Ordenador(a) de Despesas do(a)

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 - O presente Instrumento tem por objeto a, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Convocatório, nos quais a Contratada sagrou-se vencedora, na forma discriminada no quadro abaixo:

2.2 - Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.2.1 - Termo de Referência;

2.2.2 - Edital da Licitação;

2.2.3 - Proposta do contratado;

2.2.4 - Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

3.1 - O presente contrato terá vigência de até, contados da data de sua assinatura, na forma do artigo 105, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.1 - O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o Objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da Contratada, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E DE GESTÃO CONTRATUAL

4.1 - O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, vinculado a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.



CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO, DO PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DO REESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 6.1 - O valor total da contratação é de R\$ (.....).
- 6.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 6.3 - Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da Nota Fiscal, através de Transferência Bancária para o fornecedor.
- 6.4 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 6.5 - Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 6.6 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 6.7 - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 6.8 - Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 6.9 - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação em vigor.
- 6.10 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 6.11 - O reajuste será realizado por apostilamento, conforme previsão do Art. 136, da Lei 14.133/2021.
- 6.12 - Poderá ser reestabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, desde que objetivando o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, nos termos do Art. 124, Inciso II, alínea "d" da Lei 14.133/2021, devendo ser formalizado através de ato administrativo.
- 6.13 - O pedido de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 7.1 - São obrigações do Contratante:
- 7.2 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 7.3 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, vinculado a este contrato;
- 7.4 - Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 7.5 - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 7.6 - Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme Art. 143, da Lei nº 14.133/2021;
- 7.7 - Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 7.8 - Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;



- 7.9 - Cientificar a Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis, quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 7.10 - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 7.10.1 - A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação por igual período, quando motivada.
- 7.11 - Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.
- 7.12 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 8.1 - O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em suas peças vinculadas, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 8.2 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.3 - Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.4 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 8.5 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os produtos/bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.6 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.7 - O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 8.8 - Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 8.9 - Comunicar ao Fiscal do contrato, em tempo hábil, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 8.10 - Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 8.11 - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 8.12 - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);



8.13 - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

8.14 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.15 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.16 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

8.17 - Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.18 - Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

8.19 - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.

8.20 - Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

8.21 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

8.22 - Cumprir, no caso das contratações que envolvam obras públicas ou prestação de serviços, as exigências de reserva de cargos para presos em regime semiaberto, aberto, em livramento condicional, egressos do sistema prisional e jovens egressos do sistema socioeducativo, sendo o mínimo de 10% (dez por cento) para os jovens do sistema socioeducativo, na condição de aprendiz, previstas na Lei Municipal n.º 5865 de 08 de julho de 2025 e em outras normas específicas, ressalvados os casos enquadrados no artigo 2º, §2º da referida lei.

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

9.1 - A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96, da Lei n.º 14.133/2021, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato.

9.2 - O contratado apresentará, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

9.2.1 - O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação devidamente fundamentada pela Contratada.

9.3 - Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

9.4 - A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal, mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

9.5 - Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 9.6 deste contrato.



9.6 - Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

9.7 - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

9.7.1 - prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

9.7.2 - multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

9.7.3 - obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

9.8 - A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 9.7, observada a legislação que rege a matéria.

9.9 - A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica a ser fornecida, com correção monetária.

9.10 - Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

9.11 - No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira, devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

9.12 - No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

9.13 - Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificado.

9.14 - O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

9.14.1 - O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).

9.14.2 - Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos das regulamentações da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

9.15 - Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

9.16 - A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

9.17 - O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

9.18 - O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

9.19 - A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) Der causa à inexecução parcial do contrato;

b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Der causa à inexecução total do contrato;



- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1 - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.2.2 - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.2.3 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.2.4 - Multa:

10.2.4.1 - Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

10.2.4.2 - O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.4.3 - Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

10.3 - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.4 - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.1 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.4.2 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença poderá ser cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.3 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6 - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para o Contratante;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).



10.8 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.9 - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.10 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.11 - Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo Município decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o Município contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1 - O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2 - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

11.2.1 - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.3 - Constituem motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos presentes autos, as situações previstas no Art. 137, da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, com observância às previsões contidas nos artigos 138 e 139 da referida lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FONTE DE RECURSOS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos oriundos do, previstos na dotação orçamentária abaixo discriminada:

12.2 - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

13.1 - Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES

14.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



14.2 - O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo.

14.4 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

15.1 - Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção à Lei nº. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - O Foro competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato é o da Comarca de/....., sendo este o foro eleito para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva de acordo entre elas celebrado, assinando o mesmo, na presença das testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

...../.....

.....
CONTRATANTE

.....
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1..... CPF

2..... CPF

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de 1º de abril de 2025.

Centro Administrativo do Município de Juazeiro do Norte,
Estado do Ceará, ao 1º de abril de 2025.

GILFUSON LIMA BEZERRA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 0497, DE 1º DE ABRIL DE 2025

Dispõe sobre a nomeação do Agente de Contratações da Central de Compras do Município, integrante da Secretaria de Administração do Município de Juazeiro do Norte.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 72, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Complementar nº 141, de 1º de abril de 2025, que dispõe sobre a nova estrutura funcional da Administração Pública do Município de Juazeiro do Norte;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR IARA PEREIRA DE SOUSA, inscrita no CPF nº XXX.986.393-XX, para o cargo de provimento em comissão de Agente de Contratações, cargo integrante da estrutura organizacional da Central de Compras do Município, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Administração (SEAD), de Nível Ocupacional DAS 4.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de 1º de abril de 2025.

Centro Administrativo do Município de Juazeiro do Norte,
Estado do Ceará, ao 1º de abril de 2025.

GILFUSON LIMA BEZERRA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 0498, DE 1º DE ABRIL DE 2025

Dispõe sobre a nomeação do Agente de Contratações da Central de Compras do Município, integrante da Secretaria de Administração do Município de Juazeiro do Norte.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 72, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Complementar nº 141, de 1º de abril de 2025, que dispõe sobre a nova estrutura funcional da Administração Pública do Município de Juazeiro do Norte;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR PEDRO HENRIQUE CANDIDO DE LIRA, inscrito no CPF nº XXX.575.293-XX, para o cargo de provimento em comissão de Agente de Contratações, cargo integrante da estrutura organizacional da Central de Compras do Município, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Administração (SEAD), de Nível Ocupacional DAS 4.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de 1º de abril de 2025.

Centro Administrativo do Município de Juazeiro do Norte,
em Juazeiro do Norte, Estado do Ceará, ao 1º de abril de 2025.

GILFUSON LIMA BEZERRA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 0499, DE 1º DE ABRIL DE 2025

Dispõe sobre a nomeação do Conselheiro Tutelar do 1º Conselho Tutelar da Secretaria de Assistência Social do Município de Juazeiro do Norte.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 72, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990;



PARECER JURÍDICO

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. PREGÃO ELETRÔNICO. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: LEI Nº 14.133/2021, INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65/2021, INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73/2022, INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 58/2022. ANÁLISE JURÍDICA DO PROCEDIMENTO E DAS MINUTAS. RESSALVAS E/OU RECOMENDAÇÕES.

1. Trata o presente expediente de processo administrativo que tem por finalidade a Aquisição de mobiliários para atendimento das necessidades das unidades escolares e administrativas pertencentes e vinculadas a Secretaria Municipal de Educação de Juazeiro do Norte/CE, compreendendo montagem e instalação, mediante licitação pública, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, conforme justificativa e especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos.
2. Os seguintes documentos são relevantes para a análise jurídica:
 - I) Solicitação e Autorização da Autoridade Competente;
 - II) Estudo técnico Preliminar e Documentos Preparatórios da Demanda;
 - III) Edital e seus Anexos.
3. É a síntese do necessário.

APRECIÇÃO JURÍDICA

Finalidade e abrangência do parecer jurídico:

4. Preliminarmente, destaca-se que a análise declinada neste parecer limita-se aos aspectos estritamente jurídicos e de regularidade formal do procedimento, portanto, não são objeto de manifestação jurídica juízos de conveniência e oportunidade das autoridades competentes sobre a definição do objeto e da melhor maneira de atender à necessidade pública, bem como a revisão e conferência de cálculos, fórmulas ou indicadores, tabelas, técnicas de avaliação ou medição, e outros aspectos alheios às atribuições e aos conhecimentos técnicos da função de assessoramento jurídico. Nesse sentido, cumpre ressaltar, no que tange ao papel do analista jurídico, que este parecer se cinge ao controle prévio de legalidade das contratações diretas, para fins de atendimento ao artigo 53, § 4º da Lei n. 14.133/2021, conforme abaixo:

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

- I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de



atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

(...)

§ 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos.

5. Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade.

6. De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. Igualmente, se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos.

7. De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do analista jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

8. Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

Planejamento da contratação:

Estudo Técnico Preliminar - ETP

9. No presente caso, os servidores da área técnica e requisitante ou a equipe de planejamento da contratação elaborou o estudo técnico preliminar. Apesar de se tratar de documento extremamente técnico, cuja avaliação cabe, em última instância, ao próprio órgão assistido, ele aparentemente contém as previsões necessárias, relacionadas no art. 18, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

10. Sabe-se também, que o procedimento licitatório deve ter curso e julgamento com estrita observância aos princípios básicos da Igualdade, da Publicidade, da Probidade Administrativa, da Vinculação ao Instrumento Convocatório, do Julgamento Objetivo, da Legalidade, da Impessoalidade,



e da Moralidade, previsto no Art. 5º da Lei nº 14.133/21 e no caput do Art. 37 da Constituição Federal.

Pesquisas de Preços:

11. As pesquisas de preços foram realizadas conforme Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, a qual dispõe sobre procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Edital e Anexos:

12. O Edital, Estudo Técnico Preliminar – ETP, Termo de Referência - TR e demais anexos, assim como Minuta do Contrato foram juntados aos autos e reúnem cláusulas e condições essenciais exigidas nos instrumentos da espécie.

13. Observa-se que os instrumentos seguem os ditames legais e está de acordo com o ordenamento jurídico, razão pela qual nada temos a ponderar.

Avaliação de conformidade legal:

14. Verifica-se, outrossim, “in casu”, a observância do disposto na Lei de Licitação, referente a informação e atestado da existência de recursos financeiros para o pagamento das obrigações decorrentes do presente procedimento.

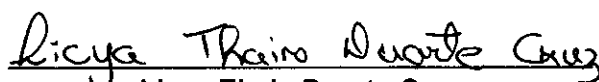
15. O presente processo, após breve análise dos pontos acima elencados, verificou-se estar conforme a Lei nº 14.133, de 2021 e demais legislações pertinentes.

16. Dito isto, examinando o presente caso, verifica-se que o certame licitatório “sub-oculi” processar-se-á sob a modalidade **Pregão Eletrônico**, do tipo **Menor Preço**, devendo por isso respeitar, além dos ditames da Lei nº 14.133, de 2021, o disposto na Instrução Normativa da SEGES/ME nº 73/2021, que regulamentam a modalidade anteriormente exposta.

17. Portanto, estando tudo de conformidade com a legislação acima mencionada, opina-se favoravelmente ao referido procedimento licitatório, fazendo-se menção ao rigoroso cumprimento do que estabelece o Edital anteriormente mencionado, devendo, para tanto, proceder a respectiva **PUBLICAÇÃO**, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Este é o meu Parecer, salvo melhor juízo.

Juazeiro do Norte/CE, 23 de junho de 2026.


Licya Thais Duarte Cruz
Assistente Jurídico
OAB/CE nº 51.339



COMPROVANTES DE PUBLICAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO



AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão (Eletrônico)

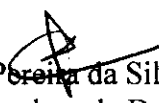
Tipo: Menor Preço

Edital Nº: 2026.06.23.1

OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de mobiliários para atendimento das necessidades das unidades escolares e administrativas pertencentes e vinculadas a Secretaria Municipal de Educação de Juazeiro do Norte/CE, compreendendo montagem e instalação, conforme especificações constantes no Edital Convocatório.

O(A) Secretário(a) de Educação do Município de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, que será realizado, através da plataforma eletrônica www.bllcompras.com, por intermédio da Bolsa de Licitações do Brasil (BLL), certame licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico nº 2026.06.23.1, cujo objeto é a Aquisição de mobiliários para atendimento das necessidades das unidades escolares e administrativas pertencentes e vinculadas a Secretaria Municipal de Educação de Juazeiro do Norte/CE, compreendendo montagem e instalação, conforme especificações apresentadas junto ao Edital Convocatório e seus anexos, com abertura marcada para o dia **10 de julho de 2026**, a partir das **09:00 horas**. Maiores informações na sede da Central de Compras do Município, sito na Rua Interventor Fco Erivano Cruz, nº 120, 1º andar - Centro - CEP: 63.010-015, pelo telefone (88)3199-0363, no horário de 08:00 às 14:00 horas ou ainda pelo e-mail: cpl@juazeiro.ce.gov.br.

Juazeiro do Norte/CE, 23 de junho de 2026


Márcia Pereira da Silva Franca
Ordenadora de Despesas
Secretaria Municipal de Educação



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE

Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº 2026.06.23.1. O(A) Secretário(a) de Educação do Município de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, que será realizado, através da plataforma eletrônica www.bllcompras.com, por intermédio da Bolsa de Licitações do Brasil (BLL), certame licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico nº 2026.06.23.1, cujo objeto é a Aquisição de mobiliários para atendimento das necessidades das unidades escolares e administrativas pertencentes e vinculadas a Secretaria Municipal de Educação de Juazeiro do Norte/CE, compreendendo montagem e instalação, conforme especificações apresentadas junto ao Edital Convocatório e seus anexos, com abertura marcada para o dia **10 de julho de 2026**, a partir das **09:00 horas**. Maiores informações na sede da Central de Compras do Município, sito na Rua Interventor Fco Erivano Cruz, nº 120, 1º andar – Centro - CEP: 63.010-015, pelo telefone (88)3199-0363, no horário de 08:00 às 14:00 horas ou ainda pelo e-mail: cpl@juazeiro.ce.gov.br. Juazeiro do Norte/Ceará, 23 de junho de 2026. Márcia Pereira da Silva Franca – Secretária Municipal de Educação.

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA DE VÁRZEA ALEGRE - AVISO DE RETIFICAÇÃO DO CONTRATO Nº 001-07.05.2026 - F.M.S - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2025. (Adesão à Ata de Registro de Preços nº 06/2025, originária do Pregão Eletrônico nº 32/2025, da Prefeitura Municipal de Granja - CE. Objeto: Contratação de serviços de castração de animais (cães e gatos), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, através de adesão a Ata de Registro de Preços nº 06/2025, oriunda do Pregão Eletrônico nº 32/2025, da Prefeitura Municipal de Granja - CE. O presente Termo de Retificação tem por finalidade corrigir erro material (atécnia) verificado no valor global constante do Contrato nº 001-07.05.2026 - F.M.S., oriundo do Processo Administrativo nº 2026.04.23.1, sem qualquer alteração do objeto, quantitativos, especificações, obrigações contratuais ou demais condições pactuadas, da seguinte forma: ONDE SE LÊ: Valor Global do Contrato: R\$ 91.600,00. LEIA-SE: Valor Global do Contrato: R\$ 901.600,00. Várzea Alegre - CE, 22 de Junho de 2026. Ivo de Oliveira Leal - Ordenador e Despesas - Fundo Municipal de Saúde.

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTANEIRA - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2026.06.23.1. A Prefeitura Municipal de Altaneira/CE, em conformidade com Art. 28, inciso I e Art. 6º, inciso XLI, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público aos interessados que a administração pretende realizar a contratação de empresa especializada para prestação serviços mecânicos de manutenção preventiva e corretiva, incluindo a reposição de peças, junto aos veículos pertencentes à frota Oficial do Município de Altaneira/CE, conforme especificações apresentadas junto ao Edital Convocatório e seus anexos, com abertura marcada para o dia 09 de julho de 2026, a partir das 09:30 horas. O início de acolhimento das propostas a partir do dia 25 de junho de 2026, às 09:00 horas. Através da plataforma eletrônica brconnectado.com.br, no site eletrônico www.licitacaoaltaneira.com.br. Maiores informações na sede do Setor de Licitações, sito na Rua Deputado Furtado Leite, Nº 272, Centro, CEP: 63.195-000, no horário de 08:00 às 14:00 horas ou ainda pelo E-mail: licitacao@altaneira.ce.gov.br. Altaneira/CE, em 23 de junho de 2026. Pedro Eldo de Lima - Pregoeiro.

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE - Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico nº 2026.06.23.1. O(A) Secretário(a) de Educação do Município de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, que será realizado, através da plataforma eletrônica www.bllcompras.com, por intermédio da Bolsa de Licitações do Brasil (BLL), certame licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico nº 2026.06.23.1, cujo objeto é a Aquisição de mobiliários para atendimento das necessidades das unidades escolares e administrativas pertencentes e vinculadas a Secretaria Municipal de Educação de Juazeiro do Norte/CE, compreendendo montagem e instalação, conforme especificações apresentadas junto ao Edital Convocatório e seus anexos, com abertura marcada para o dia 10 de julho de 2026, a partir das 09:00 horas. Maiores informações na sede da Central de Compras do Município, sito na Rua Interventor Fco Erivano Cruz, nº 120, 1º andar - Centro - CEP: 63.010-015, pelo telefone (88)3199-0363, no horário de 08:00 às 14:00 horas ou ainda pelo e-mail: cpl@juazeiro.ce.gov.br. Juazeiro do Norte/Ceará, 23 de junho de 2026. Márcia Pereira da Silva Franca - Secretária Municipal de Educação.

ESTADO DO CEARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE BATURITÉ EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO O ORDENADOR DE DESPESAS DA UNIDADE GESTORA DA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA, torna público o Extrato do PRIMEIRO TERMO DE Aditivo ao Contratual Nº 2404.06/2025, decorrente do PROCESSO CONCORRÊNCIA Nº 27.02.01/2025, cujo objeto é a MELHORIA NO SISTEMA DE ILUMINACAO PÚBLICA NO MUNICIPIO DE BATURITÉ/CE, CONFORME MAPP N. 463 DO MUNICIPIO DE BATURITÉ/CE/CE. CONTRATANTE: DIEGO DE BRITO OLIVEIRA LTDA ME; CONTRATADA: SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA; PRAZO DE DURAÇÃO: Tendo vigência de 24 de abril de 2026 a 24 de abril de 2027; ASSINA PELA CONTRATADA: DIEGO DE BRITO OLIVEIRA ASSINA PELA CONTRATANTE: Cicero Antônio Sousa Bezerra. Baturité/CE, 23 de abril de 2026.

ESTADO DO CEARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE BATURITÉ EXTRATO DO QUINTO TERMO DE ADITIVO O ORDENADOR DE DESPESAS UNIDADE GESTORA DA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA DE BATURITÉ/CE torna público o Extrato do QUINTO TERMO DE ADITIVO ao Contrato Nº 2112.01/2022, decorrente da licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 0806.02/2022, cujo objeto é a PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA EM DIVERSAS RUAS DO MUNICIPIO DE BATURITÉ/CE, CONFORME PROJETO BÁSICO. CONTRATANTE: SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA; CONTRATADA: ECOFORT CONSTRUTORA E SERVIÇOS EIRELI ME; CNPJ: 36.100.959/0001-46; PRAZO DE DURAÇÃO: vigência de 16 de dezembro de 2025 à 16 de dezembro de 2026; ASSINA PELA CONTRATADA: Marcondes Rosa Abreu; ASSINA PELA CONTRATANTE: Cicero Antônio Sousa Bezerra. Baturité/CE, 15 de dezembro de 2025

ESTADO DO CEARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE BATURITÉ EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESPECIE: Ata de Registro de Preços nº 2005.01/2026, firmado entre a Prefeitura Municipal de Baturité, através da SECRETARIA DA SAÚDE, juntamente com a empresa: MANUPA COMERCIO EXPORTAÇÃO IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VEICULOS ADAPTADOS EIRELI, classificada com o valor total no LOTE 01, VALOR TOTAL GLOBAL: R\$ 2.091.000,00 (dois milhões, noventa e um mil). OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E AMBULÂNCIAS PARA O MUNICIPIO DE BATURITÉ/CE, CONFORME MAPP N.5558, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE, DO MUNICIPIO DE BATURITÉ/CE, JUNTO DA SECRETARIA DE SAÚDE. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e no Decreto Municipal nº 057/2023, de 20/12/23. DATA DE ASSINATURA: 17/06/2026. VIGÊNCIA: de 17/06/2026 à 17/06/2027. SIGNATARIO: CÍCERO ANTONIO SOUSA BEZERRA - ORDENADOR DE DESPESAS DA SECRETARIA DA SAÚDE - Gerenciador do Registro de Preços e pela empresa: FRANCISCO EDINARDO DE FREITAS (Sócio Administrador).

ESTADO DO CEARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE BATURITÉ EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO ADITIVO O ORDENADOR DE DESPESAS DAS DIVERSAS UNIDADES GESTORAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE BATURITÉ-CE, torna público o Extrato do PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2804.01/2025, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO nº 2804.01/2025, cujo objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE AR CONDICIONADOS, BEBEDOUROS, FREEZERS E GELADEIRAS PARA SUPRIREM AS DEMANDAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE BATURITÉ-CE. CONTRATANTE: DIVERSAS UNIDADES GESTORAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BATURITÉ/CE. CONTRATADA: MJ TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA; ASSINA PELA CONTRATADA: JOÃO CARLOS OLIVEIRA DINIZ; PRAZO DE DURAÇÃO: 26 de junho de 2026 até 26 de junho de 2027; ASSINA PELA CONTRATANTE: CÍCERO ANTONIO SOUSA BEZERRA.

ESTADO DO CEARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE BATURITÉ AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2206.01/2026-SRP A Pregoeira da Prefeitura do Município de Baturité/CE torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto para cadastramento de propostas de preços e documentos de habilitação da licitação na modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO, tombado sob o nº 2206.01/2026-SRP, critério de julgamento menor preço por lote, que será realizado no dia 07 de JULHO de 2026, às 9h, no portal: <https://novobmmnet.com.br/>, com o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETAS 0 (ZERO) KM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS AGENTES DE ENDEMIAS JUNTO A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE BATURITÉ/CE, o qual se encontra na íntegra na sede da comissão de licitação, localizada à Travessa Cicero Segundo da Costa, S/N, Centro, Baturité/CE, no horário de 08h às 12h, site do Tribunal de Contas do Estado <https://licitacoes.tce.ce.gov.br/> OU PELO O Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e PORTAL DAS LICITAÇÕES <http://municipios.tce.ce.gov.br/tce-municipios/> e <https://www.baturite.ce.gov.br/licitacao.php>. Nylmara Gleice Moreira de Oliveira - Pregoeira

Prefeitura Municipal de Beberibe - Contratante e signatário: Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano, Thiago Oliveira Pinheiro, secretário. Extrato do 4º termo do Aditivo ao Contrato Nº 20230585 da Tomada de Preços Nº 07.19.02/2023. Contratada e signatário: L B Construções Ltda - EPP. CNPJ nº 40.454.732/0001-76, Leandro Barbosa Silva, representante legal. Valor: R\$ 1.287.511,47. Data da Assinatura: 07/08/2024. Objeto: Pavimentação em intertravado no trecho Praia das Fontes, Praia do Diogo. (MAPP 5772 - Sec. Cidades). Vigência: 11/08/2024 a 10/10/2024. Thiago Oliveira Pinheiro.



AVISOS E EDITAIS

ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE

Aviso de Licitação - Concorrência nº 2026.06.23.2. A Ordenadora de Despesas da Secretaria Municipal de Infraestrutura de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando, na sede da prefeitura, através da plataforma eletrônica www.bllcompras.com, por intermédio da Bolsa de Licitações do Brasil (BLL), certame na modalidade Concorrência Eletrônica nº 2026.06.23.2, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para a execução das obras de Contratação de empresa especializada para a execução da recomposição e recuperação de calçamentos nos bairros Aeroporto, Carité, Fátima, Limoeiro, Pedrinhas, Pio XII e Timbaúbas, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura de Juazeiro do Norte/CE, com data de realização da sessão de disputa de preços marcada para o dia 14 de julho de 2026, com início às 08:30 horas. Maiores informações na sede da Central de Compras do Município, sito na Rua Interventor Francisco Erivano Cruz, nº 120, 1º andar - Centro - CEP: 63.010-015, pelo telefone (88)3199-0363, no horário de 08:00 às 14:00 horas ou ainda pelo e-mail: cpl@juazeiro.ce.gov.br. Juazeiro do Norte/CE, 23 de junho de 2026. Ana Carolina Evangelista Biró - Ordenadora de Despesas da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE

Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico nº 2026.06.23.1. O(A) Secretário(a) de Educação do Município de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, que será realizado, através da plataforma eletrônica www.bllcompras.com, por intermédio da Bolsa de Licitações do Brasil (BLL), certame licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico nº 2026.06.23.1, cujo objeto é a Aquisição de mobiliários para atendimento das necessidades das unidades escolares e administrativas pertencentes e vinculadas a Secretaria Municipal de Educação de Juazeiro do Norte/CE, compreendendo montagem e instalação, conforme especificações apresentadas junto ao Edital Convocatório e seus anexos, com abertura marcada para o dia 10 de julho de 2026, a partir das 09:00 horas. Maiores informações na sede da Central de Compras do Município, sito na Rua Interventor Fco Erivano Cruz, nº 120, 1º andar - Centro - CEP: 63.010-015, pelo telefone (88)3199-0363, no horário de 08:00 às 14:00 horas ou ainda pelo e-mail: cpl@juazeiro.ce.gov.br. Juazeiro do Norte/Ceará, 23 de junho de 2026. Márcia Pereira da Silva Franca - Secretária Municipal de Educação.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO

Folha Nº 103

Extrato do Contrato nº 2026.06.09-0001. Inexigibilidade de Licitação nº 2026.06.05.1. Fundamento Legal: Art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/21. Partes: O Município de Juazeiro do Norte, através da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania e a empresa CBC - COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS, inscrita no CNPJ sob o nº 57.494.031/0001-63. Objeto: Aquisição de munições visando atender a demanda da Guarda Civil Metropolitana de Juazeiro do Norte/CE, por intermédio de sua Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania. Valor: R\$ 183.268,75 (Cento e oitenta e três mil duzentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos). Vigência Contratual: 12 (doze) meses. Signatários: Claudio Serguei Luz e Silva e João Carlos Sanchez de Oliveira Junior.

Data: 22 de junho de 2026.

EXTRATO DO 3º (TERCEIRO) ADITIVO AO CONTRATO

Extrato de aditivo ao contrato. Pregão eletrônico nº 2024.05.14.1. Partes: O Município de Juazeiro do Norte, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura e a empresa AM CONSTRUTORA LTDA. Objeto: aquisição de materiais da construção civil destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura de Juazeiro do Norte/CE, conforme especificações constantes no Edital Convocatório. Contrato Administrativo firmado em 06 de junho de 2024, o presente instrumento será regido pelas disposições da Lei Federal nº. 14.133/21, e suas alterações posteriores, mais precisamente pelo Art. 105 e Art. 107, ACORDAM em prorrogar até o dia 07 de junho de 2027, o prazo de vigência do Contrato original. Signatários: Ana Carolina Evangelista Biró e Alisson Moura Barrete de Sousa.

Data de Assinatura do Aditivo: 05 de junho de 2026.

